

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GUSTAVO MICHELS LANGER

**A LÍNGUA RUSSA COMO INSTRUMENTO DE PODER E DOMINAÇÃO NA ERA
PÓS-SOVIÉTICA (1991–2014)**

Santana do Livramento

2025

GUSTAVO MICHELS LANGER

**A LÍNGUA RUSSA COMO INSTRUMENTO DE PODER E DOMINAÇÃO NA ERA
PÓS-SOVIÉTICA (1991–2014)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Flavio Augusto Lira Nascimento.

Coorientadora: Prof^ª. Ma. Cristiane Barboza Lopes da Silva.

Santana do Livramento

2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

L2761 Langer, Gustavo Michels
A LÍNGUA RUSSA COMO INSTRUMENTO DE PODER E DOMINAÇÃO NA ERA
PÓS-SOVIÉTICA (1991-2014) / Gustavo Michels Langer.
82 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2025.
"Orientação: Flavio Augusto Lira Nascimento".

1. língua russa. 2. poder simbólico. 3. imperialismo
linguístico. 4. soft power. 5. pós-sovietismo. I. Título.

GUSTAVO MICHELS LANGER

**A LÍNGUA RUSSA COMO INSTRUMENTO DE PODER E DOMINAÇÃO NA ERA
PÓS-SOVIÉTICA (1991–2014)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 26/11/2025

Banca Examinadora

Prof. Dr. Flavio Augusto Lira Nascimento
Orientador
UNIPAMPA

Prof.^a Ma. Cristiane Barboza Lopes da Silva
UNIPAMPA

Vicente Giaccaglino Ferraro Junior

Prof. Dr. Vicente Giaccaglino Ferraro Junior
FGV

RESUMO

Este trabalho analisa o papel da língua russa como instrumento de poder e dominação da Federação Russa no espaço pós-soviético, entre 1991 e 2014. O estudo parte da constatação de que, após o colapso da União Soviética, o idioma russo permaneceu amplamente presente nas esferas administrativa, educacional, midiática e cultural das novas repúblicas independentes, assumindo papel central nas disputas identitárias e nas estratégias de influência regional. A pesquisa teve como objetivo geral compreender como o idioma, vinculado a um projeto de identidade pós-soviética, reforça a influência política e simbólica de Moscou e limita a soberania linguística e cultural dos Estados vizinhos. Para isso, foram definidos objetivos específicos que abordam a dimensão histórica do russo como língua de poder, sua permanência nas esferas públicas dos países pós-soviéticos, a promoção externa do idioma como recurso de *soft power* e as políticas locais de resistência e desrussificação. Metodologicamente, o trabalho adota abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental orientada pelo método hipotético-dedutivo. A análise mobiliza referenciais teóricos de Pierre Bourdieu, Robert Phillipson e Joseph Nye, articulando poder simbólico, imperialismo linguístico e *soft power* na interpretação das políticas linguísticas russas e das respostas regionais. Os resultados demonstram que a língua russa continua a funcionar como capital simbólico e elemento de integração política, servindo de instrumento para a construção do discurso do “Mundo Russo” e para a manutenção de vínculos de dependência cultural. Conclui-se que o idioma foi utilizado como ferramenta de dominação simbólica e de reforço do projeto neoimperial russo, cuja eficácia repousa na combinação entre memória histórica e institucionalização contemporânea. O estudo contribui para a compreensão da geopolítica da língua e das formas pelas quais o poder simbólico atua na política internacional contemporânea, especialmente no contexto da Eurásia pós-soviética.

Palavras-chave: língua russa; poder simbólico; imperialismo linguístico; *soft power*; pós-sovietismo.

ABSTRACT

This study examines the role of the Russian language as an instrument of power and domination employed by the Russian Federation in the post-Soviet space between 1991 and 2014. It begins from the premise that, after the collapse of the Soviet Union, the Russian language remained widely present in the administrative, educational, media, and cultural spheres of the newly independent republics, assuming a central role in identity disputes and strategies of regional influence. The general objective was to understand how the language, linked to a post-Soviet identity project, reinforces Moscow's political and symbolic influence while limiting the linguistic and cultural sovereignty of neighboring states. To this end, specific objectives were defined to address the historical dimension of Russian as a language of power, its persistence in the public spheres of post-Soviet countries, the external promotion of the language as a soft power resource, and the local policies of resistance and de-Russification. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, based on bibliographic and documentary analysis under the hypothetical-deductive method. The analysis draws on the theoretical frameworks of Pierre Bourdieu, Robert Phillipson, and Joseph Nye, articulating symbolic power, linguistic imperialism, and soft power in interpreting Russian language policies and regional responses. The results demonstrate that the Russian language continues to function as symbolic capital and a means of political integration, serving as a tool for constructing the discourse of the "Russian World" and maintaining cultural dependence. It is concluded that the language has been used as a mechanism of symbolic domination and as a reinforcement of Russia's neo-imperial project, whose effectiveness rests on the combination of historical memory and contemporary institutionalization. This research contributes to the understanding of the geopolitics of language and the ways in which symbolic power operates in contemporary international politics, particularly within the post-Soviet Eurasian context.

Keywords: Russian language; symbolic power; linguistic imperialism; soft power; post-Sovietism.

АННОТАЦИЯ

Данная работа рассматривает роль русского языка как инструмента власти и доминирования, используемого Российской Федерацией на постсоветском пространстве в период с 1991 по 2014 год. Исследование исходит из того, что после распада Советского Союза русский язык сохранил широкое присутствие в административной, образовательной, медийной и культурной сферах новых независимых республик, став центральным элементом в идентификационных спорах и стратегиях регионального влияния. Основной целью исследования является понимание того, как язык, связанный с проектом постсоветской идентичности, укрепляет политическое и символическое влияние Москвы и ограничивает языковую и культурную суверенность соседних государств. Для этого были определены конкретные задачи, включающие анализ исторической роли русского языка как языка власти, его сохранение в публичных сферах постсоветских стран, внешнее продвижение языка как инструмента мягкой силы (soft power), а также местные политики сопротивления и деруссификации. Методологически работа основана на качественном подходе, включающем библиографический и документальный анализ, выполненный с использованием гипотетико-дедуктивного метода. Анализ опирается на теоретические концепции Пьера Бурдьё, Роберта Филлипсона и Джозефа Ная, объединяя понятия символической власти, лингвистического империализма и мягкой силы при интерпретации языковой политики России и региональных реакций. Результаты показывают, что русский язык продолжает функционировать как символический капитал и элемент политической интеграции, служа инструментом для формирования дискурса «Русского мира» и поддержания культурной зависимости. Делается вывод, что язык используется как средство символического господства и укрепления неоимперского проекта России, эффективность которого основана на сочетании исторической памяти и современной институционализации. Исследование способствует пониманию геополитики языка и того, как символическая власть действует в современной международной политике, особенно в постсоветской Евразии.

Ключевые слова: русский язык; символическая власть; лингвистический империализм; мягкая сила; постсоветизм.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Expansão da Rússia na Ásia: Aquisição de territórios (1533-1894).....	33
Mapa 2 – Estrutura Federal da URSS em 1922.....	41
Mapa 3 – Grupos étnicos da URSS (1974).....	42
Mapa 4 – Escritórios da <i>Rosstrudnichestvo</i> no exterior.....	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Grupos étnicos do Império Russo por afiliação linguística (por volta dos anos 1900)	34
Tabela 2 – Amplitude das escolas de língua nativa para nacionalidades da RSFSR (1958 e 1972).....	49
Tabela 3 – Falantes de russo por etnia (1989).....	52
Tabela 4 – Políticas de desrussificação e afirmação das línguas nacionais: Medidas e efeitos (1991–2000).....	56
Tabela 5 – Continuidade do russo como língua de poder e integração (2000–2018).....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEI	Comunidade de Estados Independentes
CNN	Cable News Network
CRSC	Centros Russos de Ciência e Cultura
EGE	Exame Estatal Unificado
R.I.	Relações Internacionais
RSFSR	República Socialista Federativa Soviética da Rússia
RT	Russia Today
UEE	União Econômica Eurasiática
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 LINGUAGEM, NACIONALISMO E PODER: PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A DOMINAÇÃO SIMBÓLICA.....	16
2.1 PODER SIMBÓLICO E SOFT POWER.....	16
2.1.1 O conceito de Poder Simbólico.....	16
2.1.2 O conceito de Soft Power.....	18
2.2 IDENTIDADE NACIONAL E NACIONALISMO.....	21
2.3 RUSSIFICAÇÃO, EURASIANISMO E O PROJETO DO MUNDO RUSSO.....	24
2.3.1 Russificação.....	24
2.3.2 Eurasianismo e Neoeurasianismo.....	25
2.3.3 O “Mundo Russo” (Russkiy Mir).....	26
2.4 LÍNGUA, PODER E GEOPOLÍTICA.....	28
2.4.1 Definição de Política Linguística.....	28
2.4.2 Geopolítica da Língua e Imperialismo Linguístico.....	29
3 A LÍNGUA RUSSA COMO MECANISMO DE PODER NA HISTÓRIA IMPERIAL E SOVIÉTICA.....	31
3.1 A POLÍTICA DE RUSSIFICAÇÃO NO IMPÉRIO RUSSO.....	32
3.2 A PADRONIZAÇÃO LINGUÍSTICA NA UNIÃO SOVIÉTICA.....	41
3.2.1 Korenizatsiya, latinização e o ideal de igualdade linguística (1917–1937)....	44
3.2.2 Centralização stalinista e a consolidação do russo como língua de Estado (1938–1953).....	46
3.2.3 Bilinguismo, planificação e a retórica da “amizade dos povos” (1953–1991)...	49
4. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LÍNGUA RUSSA NO ESPAÇO PÓS-SOVIÉTICO (1991–2014).....	54
4.1 CONTINUIDADE E RUPTURA NA POLÍTICA LINGUÍSTICA DA RÚSSIA APÓS 1991.....	54
4.2 O IDIOMA RUSSO COMO FERRAMENTA DE INFLUÊNCIA REGIONAL: A	

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SOFT POWER.....	62
4.3 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LÍNGUA RUSSA E O PONTO DE RUPTURA NA UCRÂNIA (1991–2014).....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74

1 INTRODUÇÃO

No campo das Relações Internacionais, a língua não é apenas um meio neutro de expressão: ela institui posições, distribui prestígios e organiza pertencimentos. No espaço pós-soviético, a dissolução da URSS não eliminou essa dimensão; ao contrário, a circulação do russo manteve-se extensa nas esferas administrativa, educacional, midiática e cultural, sendo mobilizada em disputas identitárias e políticas. Partindo desse entrelaçamento entre linguagem e poder, toma-se a língua russa como variável estratégica para compreender dinâmicas de influência e de contestação de soberanias num ambiente marcado por legados históricos, arranjos institucionais e narrativas civilizacionais.

Nesse horizonte, é interessante notar que a herança soviética não se desfez com a independência formal. O russo continuou a operar como língua de alta utilidade social — na burocracia, no ensino superior, na mídia transnacional — e como marcador de pertencimento para comunidades espalhadas pelo “exterior próximo”. Esse funcionamento cotidiano do idioma conviveu com políticas nacionais de afirmação das línguas locais e com reações de elites e públicos russófonos, compondo um quadro ambivalente onde a língua ora integra, ora tensiona fronteiras políticas. É esse campo de forças — institucional, simbólico e afetivo — que confere densidade ao problema aqui tratado.

Este estudo apoia-se em dois eixos teóricos particularmente úteis. Por um lado, a noção de imperialismo linguístico (Phillipson, 1992) esclarece como a difusão e a hierarquização de um idioma podem sustentar relações assimétricas de poder. Por outro, o conceito de soft power (Nye, 2004) ilumina o emprego de recursos simbólicos e culturais para gerar atração e consentimento. Em termos sociológicos, a língua se mostra inseparável de práticas e posições: como formulam Bourdieu et al., “as ‘línguas’ existem somente no estado prático, isto é, na forma de tantos habitus linguísticos ao menos parcialmente orquestrados, e das produções orais desses habitus” (1991, p. 46, tradução nossa)¹. Essa perspectiva ajuda a compreender por que a promoção do russo, no pós-1991, não se reduz a um repertório de cursos e centros culturais: ela atualiza disposições incorporadas, reativa redes de autoridade simbólica e produz efeitos políticos que serão discutidos ao longo do texto.

Para delimitar o objeto, adota-se o recorte temporal de 1991 a 2014 e o recorte espacial das ex-repúblicas soviéticas. A pergunta que orienta a investigação é direta: de que maneira a língua russa tem sido utilizada como instrumento de poder e dominação nesses

¹ “the ‘languages’ exist only in the practical state, i.e. in the form of so many linguistic habitus which are at least partially orchestrated, and of the oral productions of these habitus” (Bourdieu et al., 1991, p. 46).

países? Parte-se da hipótese de que a promoção do russo, articulada a um projeto identitário de caráter neoimperial, reforça a influência regional de Moscou e constrange a afirmação plena da soberania linguística e cultural dos novos Estados. A delimitação antecede intencionalmente os desdobramentos posteriores a 2014, de modo a observar o período inicial de consolidação das novas soberanias sem a interferência de eventos subsequentes. Nesse enquadramento, interessam menos as intenções proclamadas e mais os efeitos observáveis nas políticas de língua, nas rotinas educacionais e nos circuitos de mídia que atravessam fronteiras.

A relevância do estudo manifesta-se em dois planos. No plano acadêmico, aproxima debates de Relações Internacionais e estudos da linguagem, evidenciando como a língua opera na produção de poder simbólico, na legitimação de hierarquias e na conformação de esferas de influência. No plano aplicado, oferece ferramentas analíticas para interpretar políticas linguísticas, disputas informacionais e configurações identitárias que condicionam decisões estatais e percepções sociais no espaço pós-soviético. Em língua portuguesa, ainda são escassas as análises sistemáticas sobre geopolítica da língua, o que torna pertinente explorar como um idioma pode converter-se em infraestrutura de poder e em vetor de integração ou de conflito. Além disso, sem entender a dimensão linguística desses processos, pode-se subestimar aspectos simbólicos em fenômenos que, à primeira vista, parecem somente materiais.

O objetivo geral consistiu em analisar de que maneira a língua russa foi utilizada como instrumento de poder e dominação pela Federação Russa nas ex-repúblicas soviéticas, em sua vinculação a estratégias de influência geopolítica e à construção de uma identidade pós-soviética comum. Para sustentar esse propósito, encadearam-se objetivos específicos que permitiram transitar do legado ao presente: contextualizar historicamente o papel do russo no Império e na URSS; examinar sua presença nas esferas política, educacional, midiática e cultural após 1991; analisar a promoção externa do idioma como recurso de soft power e de dominação simbólica; e discutir respostas nacionais voltadas à revalorização de línguas locais e à regulação do espaço público do idioma. Esse percurso favoreceu uma leitura contínua do problema, evitando recortes estanques entre passado e presente e permitindo que as evidências se acumulem progressivamente.

No plano metodológico, empregou-se abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental sob orientação hipotético-dedutiva. Foram mobilizados referenciais clássicos e estudos especializados, além de legislação, discursos oficiais e informações educacionais e de uso de línguas. Optou-se por leitura crítica de fontes

secundárias e normativas, suficiente para evidenciar continuidades e inflexões da política linguística regional no recorte proposto, sem pretender exaurir a diversidade nacional dos casos. Esse arranjo permite articular níveis de análise — histórico, institucional e discursivo — com parcimônia, preservando coerência interna e foco analítico.

Para orientar a leitura, os capítulos distribuem-se da seguinte forma: o capítulo 2 consolida o arcabouço teórico — poder simbólico, imperialismo linguístico, soft power, nacionalismo e geopolítica da língua — e fixa os conceitos operacionais que conferem unidade à análise. Em seguida, o capítulo 3 constrói a trajetória histórica da língua russa como mecanismo de poder nos períodos imperial e soviético, destacando a russificação, a virada centralizadora do pós-1938 e o bilinguismo assimétrico que antecede 1991. Por fim, o capítulo 4 examina a instrumentalização do idioma no espaço pós-soviético (1991–2014), articulando continuidades e rupturas na política linguística, a institucionalização da promoção externa e as respostas nacionais observadas no período, de modo a preparar o terreno para as conclusões do trabalho.

2 LINGUAGEM, NACIONALISMO E PODER: PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A DOMINAÇÃO SIMBÓLICA

2.1 PODER SIMBÓLICO E *SOFT POWER*

2.1.1 O conceito de Poder Simbólico

Pierre Bourdieu é um dos principais autores que desenvolvem o conceito de poder simbólico. Ele afirma que esse tipo de poder se manifesta pela capacidade de impor significados e legitimar visões particulares do mundo, tornando-as aceitas como legítimas e naturais. Segundo Bourdieu (1989), “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo [...]” (Bourdieu, p.9, 1989). Para o autor, o poder simbólico é a forma mais eficaz de dominação, justamente por operar com sutileza e dissimulação; diferentemente da coerção física ou econômica, esse poder estabelece-se pelo reconhecimento e pela aceitação tácita dos dominados.

Para Bourdieu (2008), a linguagem transcende sua função comunicativa básica, constituindo-se também como um eficiente meio de dominação simbólica. A estrutura social se expressa na linguagem, que define não somente o que pode ser dito, mas também quem tem a autoridade legítima para dizê-lo. Desse modo, as relações sociais encontram reflexo nas práticas discursivas, revelando hierarquias e desigualdades entre diferentes grupos sociais. Girardi Jr. (2017), ao interpretar a obra de Bourdieu, destaca que a língua não é uma propriedade universalmente acessível, mas sim um capital simbólico diferenciado, apropriado, desigualmente, pelos sujeitos conforme sua posição social.

Bourdieu desenvolve, em sua obra *A Economia das Trocas Linguísticas* (2008), a noção de “mercado linguístico” para explicar como a linguagem adquire diferentes valores sociais conforme o contexto em que é utilizada. O mercado linguístico é caracterizado por disputas simbólicas nas quais os falantes tentam legitimar suas expressões e formas de comunicação, valorizando discursos provenientes de posições sociais dominantes. Como esclarece Lima (2019), a linguagem nesse mercado é determinada não somente pela sua correção formal, mas especialmente pelo prestígio social atribuído ao falante. Isso implica que discursos idênticos podem ter valor simbólico distinto, dependendo da autoridade social de quem os pronuncia.

Ademais, no centro da teoria do autor está o conceito de *habitus* linguístico, compreendido como um sistema de disposições incorporadas pelos sujeitos através das suas

trajetórias sociais e culturais. Tais disposições são interiorizadas e influenciam diretamente na forma como os indivíduos se expressam, escolhendo inconscientemente modos de falar que sejam legitimados socialmente. Bourdieu *et al.* (1991), ao descrever o termo conhecido por *habitus*, desenvolve também outros elementos desse conceito, como o *habitus* linguístico, ou seja: “[...] existem as disposições socialmente construídas do *habitus* linguístico [...] e uma certa capacidade de falar, que envolve tanto a capacidade linguística [...] quanto a capacidade social de usar essa competência adequadamente numa determinada situação.” (Bourdieu et al. 1991, p.37, tradução nossa).²

Além disso, esse *habitus* possibilita aos indivíduos reconhecer intuitivamente as condições sociais adequadas para expressar determinados conteúdos e utilizar certos estilos discursivos. Lima (2019) também colabora afirmando que os poderes simbólicos se alinham à linguagem, e conseqüentemente ampliam sua relação de poder. Essa percepção inconsciente legitima relações de dominação, pois indivíduos socializados em contextos socialmente dominantes têm vantagens simbólicas em diversos contextos comunicativos.

Outro conceito importante na obra de Bourdieu (1989) é o de “violência simbólica”, definido como uma forma específica de dominação que ocorre de maneira sutil e não percebida pelos sujeitos dominados. Para Bourdieu (1989), esse tipo de violência é eficaz, justamente porque permanece invisível, sendo aceita pelos sujeitos como algo natural ou inevitável. A violência simbólica se efetiva pela imposição de categorias sociais internalizadas, tais como normas linguísticas e culturais, que sustentam estruturas de poder vigentes sem resistência consciente das “vítimas”.

Adicionalmente, a contribuição de Nicholas Onuf (1989) fornece um complemento significativo à perspectiva de Bourdieu sobre poder simbólico, especialmente no contexto das Relações Internacionais. Onuf (1989) sugere que as práticas discursivas, ou atos de fala, desempenham um papel crucial na construção das estruturas sociais internacionais. Conforme expõe Campos (2015), ao se basear em Onuf (1989): “[...] os atos de fala são produzidos no discurso, e a partir daí, criam regras para serem seguidas na prática política por meio de atos e outros discursos [...] que ao final desse processo legitimam o discurso anterior (e os atos de fala), tornando-os princípios e/ou convenções.” (Campos, 2015, p. 65). A partir disso, entende-se que os atos de fala não apenas descrevem, mas criam efetivamente a realidade social, impondo normas e comportamentos socialmente aceitos. Desse modo, o discurso não

² “[...] there are the socially constructed dispositions of the linguistic habitus [...] and a certain capacity to speak, which involves both the linguistic capacity [...] and the social capacity to use this competence adequately in a determinate situation.” (Bourdieu et al. 1991, p.37).

só transmite informações, mas impõe uma estrutura normativa sobre as interações sociais e políticas, perpetuando relações assimétricas de poder.

Por mais que os “atos de fala” analisem a linguagem como discurso, ou seja, como um fenômeno social amplo, ao se inserir neste quadro teórico, é possível elevar a discussão para a questão da linguística em um escopo institucionalizado — objetivo dessa análise. Nesse contexto, há o entendimento de que a instrumentalização da língua russa por parte da Rússia (ao longo de sua história, e atualmente na era pós-soviética) é evidente como uma expressão de poder simbólico. Ao promover a língua russa nas ex-repúblicas do bloco, o país reafirma uma espécie de dominação simbólica duradoura e implícita. Bourdieu (2008) argumenta que a imposição simbólica por meio da linguagem cria e perpetua relações de dominação, naturalizando desigualdades de poder entre grupos sociais distintos. Ao aplicar essa perspectiva ao caso específico da Rússia, compreende-se que a difusão do idioma russo contribui ativamente para manter laços históricos e culturais, legitimando uma continuidade simbólica do domínio imperial russo na região.

2.1.2 O conceito de *Soft Power*

No final da década de 1980, Joseph Nye Jr. idealizou um dos termos mais conhecidos da área das Relações Internacionais (R.I.), o *soft power*. Definido por ele como “[...] a capacidade de conseguir o que se deseja por meio da atração, ao invés da coerção ou de pagamentos. Surge da atratividade da cultura, dos ideais políticos e das políticas de um país” (Nye, 2004, p. 10, tradução nossa).³ Esse ideal de poder é uma alternativa ao *hard power*, ou seja, não se ampara na pressão coercitiva ou em ferramentas de imposição bruta, como a força militar e as sanções econômicas, mas sim, pelo grau de influência que seus recursos e valores exercem nos outros. Nesse sentido, observa-se que essa habilidade de moldar preferências está intrinsecamente ligada à imagem que um país constrói de si no exterior.

A introdução do *soft power* no vasto campo das R.I. marca um deslocamento analítico da ênfase em recursos materiais para o reconhecimento da importância dos meios simbólicos na projeção de poder. Diversos são os meios que podem servir como ferramentas de atração. Santos (2013) especifica os principais, e em linhas gerais, podem ser: as políticas externas (como a diplomacia — política ou cultural —, o turismo, o comércio, etc.); os valores

³ “[...] the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country's culture, political ideals, and policies. When our policies are seen as legitimate in the eyes of others, our soft power is enhanced.” (Nye, 2004, p. 10).

políticos e sociais (como a democracia); a cultura (que engloba a educação, a arte, a música, a língua, etc.). Esses exemplos se configuram como uma forma de dominação indireta que se sustenta pela legitimação espontânea por parte dos demais atores.

Embora Nye não tenha se aprofundado especificamente no papel da língua dentro dessa lógica, é possível observar que o idioma nacional pode operar como um canal eficaz de *soft power*, especialmente quando articulado a estratégias de promoção cultural. Desse modo, nota-se, que, a linguagem — como fenômeno amplo — não é neutra; ela possui um poder de construir a realidade (Bourdieu, 1996). Ao nomear e classificar, ela estrutura a percepção dos agentes, tornando-se uma dimensão fundamental da luta pelo poder de impor a visão legítima do mundo. Portanto, ao difundir um idioma para além das fronteiras nacionais, um Estado também exporta sua visão de mundo, suas normas e seus princípios.

Nesse contexto, a Rússia oferece um caso emblemático de instrumentalização do idioma como ferramenta de influência. Historicamente, desde o período Imperial, sobretudo a partir do século XVIII, já existia um projeto político de imposição da língua russa após a dominação e anexação de territórios próximos. Com a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), oficialmente em 1922, reformas em alfabetos e imposições linguísticas em outras regiões foram, também, institucionalmente implementadas. Hoje, a Federação Russa mobiliza o idioma como um dos elementos de sua diplomacia pública e de suas estratégias culturais no espaço pós-soviético. Segundo Silva e de Lima (2021), o principal meio de divulgação do idioma russo ocorre por meio do incentivo governamental a estudantes estrangeiros que almejam cursar o ensino superior no país, uma vez que a língua é estudada por cerca de 10,5 milhões de estrangeiros — como apontam dados de Kozlovtsseva e Tolstova (2019). Além disso, Kozlovtsseva e Tolstova (2019) também contribuem declarando que, nas ex-repúblicas soviéticas, os estudantes de língua russa chegam a 3,2 milhões de indivíduos. Sem contar com outros países fora da região, que somam 1,3 milhão de alunos em escolas, e aproximadamente 230 mil em instituições de ensino superior. Outros dados apontam que, anualmente, aproximadamente 19 mil pessoas frequentam cursos de língua russa ministrados em centros estrangeiros russos de ciência e cultura.

Do mesmo modo, a fundação *Russkiy Mir*, por exemplo, criada em 2007 por decreto do então e atual presidente Vladimir Vladimirovitch Putin, é um dos principais instrumentos dessa política de *soft power* linguístico contemporâneo. O objetivo principal é divulgar e melhorar o prestígio da língua russa, bem como promover os valores culturais e civilizacionais da ideologia conhecida por “Mundo Russo” (*Russkiy Mir*), especialmente entre as comunidades russófonas do exterior. Isso se ampara pelo discurso de Putin à Assembleia

Federal, em abril de 2007:

Na minha opinião, precisamos apoiar a iniciativa apresentada pelos linguistas russos de criar uma Fundação Nacional da Língua Russa, cujo principal objetivo será desenvolver a língua russa em casa, apoiar programas de estudo da língua russa no exterior e, em geral, promover a língua e a literatura russas em todo o mundo. (Vladimir Putin, 2007, tradução nossa).⁴

Complementarmente, em consonância com Dimitrova *et al.* (2017), observa-se que essa fundação atua não somente como difusora cultural, mas como mecanismo de conexão simbólica entre Moscou e os russófonos das ex-repúblicas soviéticas, reforçando vínculos identitários que transcendem as fronteiras nacionais. Além disso, como explica Pashayeva (2018), a promoção da língua russa também tem um papel relevante na configuração de uma esfera de influência linguístico-cultural. Ou seja, de acordo com ela, os principais vetores do *soft power* russo são seus potenciais diplomáticos, tanto da língua quanto de sua cultura. Paralelamente, Gromyko (2013) afirma que “[...] A língua russa e a cultura russa são “marcas” globais que são um tanto familiares a milhões de pessoas no mundo [...], mas se não forem promovidas, elas enfraquecem e deixam de desempenhar qualquer papel significativo na projeção da influência em um determinado Estado exterior” (Gromyko, 2013, p. 11, tradução nossa).⁵

A aplicação do idioma russo como ferramenta de influência também é observável na atuação midiática do Estado russo. Canais estatais como *Russia Today* (RT) e *Sputnik News* são exemplos da difusão internacional da perspectiva russa, com ênfase na valorização da cultura e da linguagem nacionais. Como demonstrado por Dimitrova *et al.* (2017), nota-se que Belarus e Moldávia possuem acesso direto à mídia russa e a reportagens repaginadas sobre notícias locais. Em conjunto com a Ucrânia, são as duas ex-repúblicas soviéticas que mais possuem estações de TV que disseminam informações russas e promovem a sua influência na região. Dito isso, o conteúdo transmitido em língua russa (e em outras línguas, mas com forte presença da terminologia cultural russa) visa construir narrativas favoráveis à imagem do Estado russo, contestando visões ocidentais e promovendo uma alternativa discursiva que

⁴ In my view, we need to support the initiative put forward by Russian linguists to create a National Russian Language Foundation, the main aim of which will be to develop the Russian language at home, support Russian language study programmes abroad and generally promote Russian language and literature around the world. Discurso disponível no portal oficial da Fundação Russkiy Mir. Disponível em: <<https://ruskiymir.ru/en/fund/index.php>>. Acesso em 22 maio 2025.

⁵ “[...] Russkij âzyk i Russkaâ kul’tura — mi rovye «brendy», kotorye v bol’shej ili men’shej stepeni zna komy mnogim millionam lûdej po vsemu zemnomu šaru [...]. No esli èti «brendy» ne pro dvigat’, to oni uvâdaût i perestaût igrat’ kakuû-libo znaçi muû rol’ v proekcii vliâniâ dannogo gosudarstva za rubežom.” (Gromyko, 2013, p. 11).

ressoa especialmente entre os países ex-membros da antiga União Soviética.

Atualmente, conforme Silva e de Lima (2021), a política externa do governo Putin vem buscando diminuir a dependência do *hard power* — tradicionalmente associado à força e à agressividade da Rússia — investindo em medidas de *soft power*, como a difusão da língua russa. Essas iniciativas, consoante a administração federal, visaram melhorar a imagem internacional do país e transmitir uma imagem mais suavizada no cenário internacional. Ademais, esse uso coordenado da linguagem como vetor de influência revela o cruzamento entre diplomacia cultural e poder simbólico. A manutenção do russo como idioma de prestígio na maioria do espaço pós-soviético permite à Rússia não apenas projetar sua cultura, mas também preservar sua autoridade política indiretamente.

De modo geral, a articulação entre idioma, cultura e influência internacional demonstra como o conceito de *soft power* se manifesta em práticas concretas e estratégias institucionais. A capacidade e os esforços da Rússia de conseguir manter sua língua oficial como um símbolo de prestígio regional — com uma crescente ambição expansiva — é um exemplo de como o ideal de Joseph Nye se trancreve como uma ferramenta de projeção de poder. Ao transformar o idioma em um capital simbólico de valor geopolítico, o Estado russo reafirma sua posição na arena internacional, sem depender exclusivamente de meios coercitivos, ou seja, do *hard power*.

2.2 IDENTIDADE NACIONAL E NACIONALISMO

Os conceitos de identidade nacional e nacionalismo constituem temas centrais para a compreensão das dinâmicas políticas e culturais dos Estados modernos, especialmente no contexto das disputas de poder simbólico, investigadas aqui. A literatura clássica e contemporânea apresenta diferentes abordagens e definições para esses conceitos, ora os tratando como fenômenos indissociáveis, ora reconhecendo suas especificidades teóricas e históricas. O debate se aprofunda ao analisar o papel da língua como elemento fundador das identidades nacionais e como recurso fundamental nos projetos nacionalistas.

Benedict Anderson, em sua obra *Comunidades Imaginadas* (2008), apresenta uma das definições mais influentes do nacionalismo. Para ele, a nação é uma comunidade política imaginada como sendo, ao mesmo tempo, intrinsecamente limitada e soberana (Anderson, 2008). Segundo o autor, a comunidade nacional não se baseia em relações concretas ou cotidianas entre todos os seus membros, mas na ideia compartilhada de pertencimento mediada por símbolos, mitos e, principalmente, pela língua comum. Anderson argumenta que

a difusão da imprensa e da literatura em línguas vernáculas foi fundamental para o surgimento do sentimento nacional, ao permitir que milhões de pessoas se vissem refletidas em páginas impressas, desenvolvendo uma percepção de simultaneidade e comunhão. Assim, a língua ocupa papel central no processo de imaginação da comunidade nacional, funcionando como instrumento de padronização simbólica e de coesão cultural.

Do ponto de vista funcionalista, Ernest Gellner interpreta o nacionalismo como resultado da modernidade e da transformação estrutural dos Estados. Em *Nations and Nationalism* (1983), Gellner afirma que, estabelecer uma alta cultura homogênea constitui a essência do nacionalismo. O autor enfatiza que o surgimento do nacionalismo está diretamente relacionado à necessidade dos Estados industriais modernos de uniformizar práticas culturais, educativas e linguísticas, de modo a garantir a eficiência administrativa e a coesão social. A língua nacional, nesse contexto, é vista como ferramenta política e tecnológica indispensável para o funcionamento das instituições, sendo o idioma um recurso de integração e de disciplina social. Tal perspectiva evidencia que o nacionalismo não é um fenômeno natural, mas uma construção social recente, orientada por exigências econômicas e políticas da modernidade.

Por outro lado, Eric Hobsbawm insere o debate em uma chave histórica e crítica ao tratar do nacionalismo como produto de processos deliberados de invenção e reinvenção de tradições. Em sua introdução à coletânea *A Invenção das Tradições*, Hobsbawm (1984) observa que muitas das tradições que parecem ou reivindicam ser antigas são muitas vezes bastante recentes e às vezes inventadas. As práticas, os rituais e os símbolos nacionais — incluindo a língua — são frequentemente construídos para legitimar a continuidade e a autenticidade dos projetos nacionais, mesmo quando não possuem raízes históricas profundas. Essa análise, revela o caráter instrumental do nacionalismo, evidenciando como elites políticas e culturais mobilizam símbolos e discursos para consolidar identidades coletivas e legitimar estruturas de poder.

Anthony D. Smith, em *National Identity* (1991) contribui para a discussão ao propor o etnossimbolismo como alternativa ao funcionalismo e ao modernismo. Para ele, as nações modernas derivam de etnias preexistentes, que fornecem a base para os mitos e memórias coletivas que o nacionalismo utiliza. O autor enfatiza que o nacionalismo recorre a elementos simbólicos herdados — mitos de origem, memórias históricas, valores culturais e, sobretudo, a língua — para criar um senso de continuidade entre passado e presente. Dessa forma, a língua é percebida não apenas como instrumento de comunicação, mas como marcador

profundo da identidade coletiva, articulando memórias e experiências compartilhadas no imaginário nacional.

No âmbito das Relações Internacionais, Alexander Wendt (1999) apresenta uma perspectiva construtivista da identidade nacional ao argumentar que “[...] as estruturas da associação humana são determinadas principalmente por ideias compartilhadas ao invés de forças materiais, e as identidades e os interesses dos atores intencionais são construídos por essas ideias compartilhadas ao invés de serem dadas pela natureza.” (Wendt, 1999, p. 1, tradução nossa)⁶. O autor ressalta que as identidades nacionais são fruto de processos discursivos e simbólicos, e dentro disso a linguagem desempenha papel constitutivo. Para ele, o nacionalismo e a identidade nacional não são produtos automáticos da estrutura internacional, mas sim resultados da interação e da produção simbólica contínua entre atores estatais e não estatais. No entanto, apesar das diferenças teóricas, nota-se uma convergência entre os autores quanto à centralidade da língua na construção das identidades nacionais e dos projetos nacionalistas. Anderson (2008) e Smith (1991) destacam o papel simbólico e afetivo da língua, enquanto Gellner (1983) enfatiza seu valor funcional e administrativo. Hobsbawm (1984) ressalta seu caráter inventado e estratégico, e Wendt (1999) insere a linguagem como elemento constitutivo dos processos identitários em âmbito internacional. Em todos os casos, a língua emerge como “fio condutor” das narrativas nacionais, servindo de base para a construção da coesão simbólica e da legitimação dos projetos de poder.

No cerne deste estudo, a análise desses conceitos permite compreender como a língua russa é mobilizada como instrumento de afirmação identitária e nacionalista no espaço pós-soviético. A instrumentalização do idioma visa reforçar tanto o imaginário de pertencimento ao universo russo (*Russkiy Mir*), quanto a coesão político-cultural necessária para a manutenção da influência russa sobre as ex-repúblicas soviéticas (*soft power*). A língua, assim, converte-se em um elemento estratégico na disputa por hegemonia simbólica, funcionando como recurso fundamental na (re)construção das “fronteiras” nacionais e na legitimação dos projetos de poder e dominação na região.

⁶ “[...] that the structures of human association are determined primarily by shared ideas rather than material forces, and the identities and interests of purposive actors are constructed by these shared ideas rather than given by nature” (Wendt, 1999).

2.3 RUSSIFICAÇÃO, EURASIANISMO E O PROJETO DO MUNDO RUSSO

2.3.1 Russificação

O termo russificação designa um conjunto amplo e dinâmico de políticas estatais (pré-estabelecidas ou não), destinadas a promover a língua, cultura e identidade russas sobre outros grupos étnicos e nacionais, seja de forma voluntária ou não. Esse processo de expansão e assimilação já era incorporado a partir do domínio do Império Russo (1721–1917), da União Soviética (1922–1991) e, em parte, da Federação Russa atual. Segundo Weeks (2010), a russificação pode ser compreendida sob duas perspectivas: *obrusevanie*, ou seja, a assimilação forçada, e *obrusenie*, que corresponde à assimilação voluntária ou pragmática por parte das elites não russas. Ao longo do século XIX, ainda conforme o autor, a administração czarista promoveu a imposição do idioma russo como língua oficial nas escolas, tribunais, burocracia e na vida pública, ao mesmo tempo em que limitava o uso das línguas locais (Weeks, 2010).

No entanto, como aponta Pavlenko (2011), a efetividade dessas políticas esteve longe de ser uniforme: em muitas regiões, a russificação encontrou resistência, tendo seu impacto mais profundo entre as elites urbanas e administrativas, enquanto as massas camponesas mantiveram suas línguas e culturas originárias. Embora as autoridades imperiais visassem a criação de uma identidade russa nas periferias, as políticas linguísticas frequentemente estimularam sentimentos nacionalistas de oposição (Pavlenko, 2011). Em comparação a processos semelhantes na França ou Alemanha, a russificação foi menos eficaz em produzir homogeneização cultural total, mas foi decisiva para criar uma elite bilíngue e consolidar o prestígio do russo como língua de poder.

O processo de russificação foi ressignificado na era soviética. Inicialmente, a política de *korenizatsiia* (indigenização), promovida na década de 1920, incentivou o desenvolvimento das línguas e culturas locais, visando conquistar a lealdade das minorias nacionais. Entretanto, a partir da década de 1930, observou-se uma virada: o Estado soviético intensificou a centralização e a imposição do russo como língua franca, tornando-o obrigatório nas instituições educacionais, nos meios de comunicação e na administração estatal. (Martins Viana, 2019). Weeks (2010) argumenta que o russo, mesmo em contextos de pluralidade linguística oficial, adquiriu papel simbólico de unificação, modernidade e lealdade ao centro soviético, suprimindo a autonomia identitária das repúblicas periféricas. Conforme Martins Viana (2019), após o colapso da União Soviética, a russificação sobrevive como herança institucional e como estratégia geopolítica. Em diversas ex-repúblicas soviéticas, o

idioma russo manteve a posição de língua funcional, símbolo de prestígio social e veículo de mobilidade econômica. Segundo Quadros e Machado (2015), nos anos 2000, a Rússia passou a promover políticas para proteger e fortalecer sua posição no “Exterior Próximo (*Near Abroad*)”⁷. Utilizando-se, também, do argumento de proteção aos direitos dos “compatriotas” no exterior (russófonos), para intervenções políticas, diplomáticas e, eventualmente, militares, como, por exemplo, na Ucrânia.

2.3.2 Eurasianismo e Neoeurasianismo

Com raízes datadas do início do século XX, o eurasianismo surgiu entre intelectuais exilados após a Revolução de 1917 (como Trubetskoy, Savitsky e Gumilev), e sugestionava uma interpretação geopolítica da Rússia, não como mera extensão para a Europa, mas como uma civilização autônoma, resultado da síntese entre influências eslavas, turcas, urálicas e asiáticas (Laruelle, 2008). Os eurasianistas clássicos defendiam que a identidade russa derivava do encontro entre Europa e Ásia, legitimando, assim, um destino civilizacional próprio e, por consequência, a justificativa para a liderança de Moscou sobre os povos vizinhos.

No campo pós-soviético, o eurasianismo foi resgatado, reinterpretado e ampliado pelo chamado neoeurasianismo, cuja expressão mais conhecida advém de obras e da atuação de Alexander Dugin. Este novo eurasianismo sustenta que a Rússia deve assumir o papel de polo civilizacional oposto ao Ocidente liberal, promovendo uma ordem multipolar em que Moscou lidera uma “Grande Eurásia”. Dugin (2020) argumenta que “O cosmos do eurasianismo ortodoxo [...] é estruturado como uma língua, [...] e se manifesta na história” (Dugin, 2020, s.p., tradução nossa)⁸, atribuindo à língua russa papel metafísico de unificação, resistência e transmissão da tradição.

Assim como observa Laruelle (2008), o neoeurasianismo se distingue do eurasianismo clássico por sua ênfase em estratégias de poder, uso da linguagem como instrumento de integração simbólica e apelo explícito à intervenção geopolítica nos territórios do “Mundo Russo”. A ideologia de Dugin, embora marginal como política de Estado, influencia setores estratégicos do *establishment* russo e fundamenta parte dos discursos de legitimação de

⁷Termo que, conforme Quadros e Machado (2015) define a região que, em última análise, compreende o território ocupado pelas quatorze ex-repúblicas soviéticas, são elas: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Estônia, Geórgia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Tajiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão e Quirguistão.

⁸ “The cosmos of orthodox Eurasianism [...] it is structured as a language [...] and manifest in history.” (Dugin, 2020, s.p.)

projetos, como a União Econômica Eurasiática (UEE)⁹. Ademais, ainda alimenta a retórica de confrontação com a União Europeia e os Estados Unidos. A língua russa, nesse contexto, e conforme Matos (2012), é apresentada como “cola civilizacional”, elo indispensável para a manutenção da unidade entre os povos da Eurásia sob a liderança russa. Nesse sentido, a defesa do idioma, das tradições e dos valores russos torna-se, assim, bandeira central de resistência ao cosmopolitismo e ao globalismo ocidentais, justificando políticas de promoção cultural, educacional e midiática direcionadas às populações russófonas fora da Federação Russa. O neoeurasianismo, de certa maneira, atua reatualizando a lógica imperial sob uma roupagem atual, “investindo” também na simbologia linguística como fundamento de sua proposta geopolítica, amparada por uma bagagem ideológica intimidante.

2.3.3 O “Mundo Russo” (*Russkiy Mir*)

O conceito de “Mundo Russo” (*Russkiy Mir*) ganhou centralidade na retórica política russa a partir da década de 2000, especialmente após a criação da Fundação *Russkiy Mir*, em 2007. Segundo Laruelle (2015), o ideal é apresentado como uma comunidade global unida pela língua russa, pela ortodoxia e por uma herança histórica compartilhada. Não existe uma definição acadêmica clara do que o ideal realmente significa e diferentes analistas já tentaram explicar o conceito, que é ideológico e flexível, servindo tanto para justificar a integração cultural e educacional dos russófonos do exterior quanto para legitimar a intervenção política e militar da Rússia em territórios considerados parte de sua esfera de influência.

O *Russkiy Mir* se distingue do eurasianismo ao enfatizar menos a dimensão geopolítica continental e mais a ligação espiritual, linguística e histórica entre a Rússia e as comunidades russófonas no exterior, como declara Meienberger (2023). Em vez de promover uma síntese cultural entre Europa e Ásia, o *Russkiy Mir* reivindica a centralidade da identidade russa como fundamento de pertencimento. No plano prático, isso se traduz em políticas de apoio à educação em russo, à mídia internacional, ao financiamento de projetos culturais e ao uso da “proteção dos direitos dos russófonos”. Não há de se afirmar, na totalidade, que o “Mundo Russo” é evocado pela Rússia como argumento principal para ações

⁹ Em inglês: *Eurasian Economic Union* (EAEU). Segundo dados do site oficial: A União Econômica Eurasiática é uma organização internacional para a integração econômica regional. Possui personalidade jurídica internacional, tendo sido estabelecida pelo Tratado da União Econômica Eurasiática. A UEE prevê a livre circulação de bens, serviços, capitais e mão de obra, e segue uma política coordenada, harmonizada e unificada nos setores determinados pelo Tratado e pelos acordos internacionais no âmbito da União. Os Estados-Membros da União Econômica Eurasiática são a República da Armênia, a República da Bielorrússia, a República do Cazaquistão, a República do Quirguistão e a Federação Russa (tradução nossa). Disponível em: <<https://www.eaeunion.org/?lang=en#about>>. Acesso em: 23 maio 2025.

diretas hostis. Mas, ainda assim, nota-se que sua instrumentalização se baseia em narrativas respaldadas, inclusive, por discursos presidenciais. Isto é, tais “valores” do *Russkiy Mir* já foram utilizados por Vladimir Putin (2021) como narrativa para justificar ações unilaterais, como na anexação da Crimeia, em 2014, e no apoio às repúblicas separatistas no leste da Ucrânia. Nas palavras dele:

[...] quando me perguntaram sobre as relações russo-ucranianas, eu disse que russos e ucranianos eram um só povo — um único todo. Essas palavras não foram motivadas por considerações de curto prazo ou pelo contexto político atual. É o que eu já disse em inúmeras ocasiões e é o que firmemente acredito. [...]. Russos, ucranianos e bielorrussos são todos descendentes da Antiga Rus, [...] estavam unidos por uma língua (que agora chamamos de russo antigo) [...] (Vladimir Putin, 2021, p.1, tradução nossa).¹⁰

Dito isso, Laruelle (2015) demonstra que o *Russkiy Mir* opera como uma ferramenta estratégica na política externa do Kremlin, servindo tanto para atrair quanto para controlar populações que compartilham da herança russa. Os discursos oficiais, como o do presidente Putin, fazem, frequentemente, referências ao dever moral do Estado russo de proteger seus compatriotas, reiterando a língua como fator de coesão e instrumento de poder simbólico (Meienberger, 2023). Essa mobilização do idioma não apenas legitima intervenções, mas contribui para a reatualização de fronteiras identitárias em contextos de conflito.

As diferenças entre o *Russkiy Mir*, o eurasianismo residem, principalmente, no sentido de que, enquanto o primeiro valoriza a dimensão cultural-linguística e o pertencimento espiritual ao “Mundo Russo”, o segundo, em teoria, investe em fundamentos geopolíticos, civilizacionais e no antagonismo à ordem ocidental. Ambos, entretanto, se complementam ao servir de justificativa para políticas expansionistas, preservando o papel da língua como elemento-chave na disputa simbólica pelo espaço pós-soviético. O exame dos conceitos de russificação, eurasianismo, neoeurasianismo e *Russkiy Mir* evidencia a continuidade e a adaptabilidade das estratégias russas de dominação simbólica e integração identitária ao longo dos séculos. Apesar das mudanças históricas e das roupagens ideológicas distintas, todos esses projetos compartilham a centralidade do idioma russo como instrumento de poder simbólico, vetor de pertencimento coletivo e mecanismo de legitimação política no espaço pós-soviético. A persistência dessas práticas demonstra que a língua russa permanece, até hoje, como eixo articulador dos projetos de influência do Estado russo — seja por meio de

¹⁰ [...] when I was asked about Russian-Ukrainian relations, I said that Russians and Ukrainians were one people – a single whole. These words were not driven by some short-term considerations or prompted by the current political context. It is what I have said on numerous occasions and what I firmly believe. [...] Russians, Ukrainians, and Belarusians are all descendants of Ancient Rus, [...] were bound together by one language (which we now refer to as Old Russian) [...]. (Vladimir Putin, 2021, p.1)

assimilação forçada, promoção voluntária, integração civilizacional ou mobilização política em defesa dos “compatriotas”.

2.4 LÍNGUA, PODER E GEOPOLÍTICA

2.4.1 Definição de Política Linguística

A língua, enquanto elemento estruturante das relações humanas, é também um instrumento de poder e de disputa política. O campo dos estudos de políticas linguísticas cresceu exponencialmente nas últimas décadas, consolidando-se como área interdisciplinar fundamental para a compreensão dos mecanismos de dominação e resistência nas sociedades plurilíngues. Bernard Spolsky (2004), um dos principais teóricos da área, define política linguística como o conjunto de práticas, crenças e intervenções explícitas relativas ao uso e à gestão das línguas em uma comunidade. O autor argumenta que toda política linguística é composta por três dimensões indissociáveis: as práticas linguísticas cotidianas; as crenças ou ideologias sobre a língua; e a gestão ou planejamento explícito realizado por instituições ou Estados (Spolsky, 2004).

O planejamento linguístico pode ser classificado em diferentes tipos, como alude Ricento (2000): o planejamento de *status* (definição do papel social e político de uma língua em um território); o planejamento de corpus (padronização, grafia, vocabulário); e o planejamento de aquisição (promoção da aprendizagem e transmissão intergeracional). Lima *et al.* (2024) aprofundam essa análise ao propor a tridimensionalidade conceitual das políticas linguísticas: práticas, crenças e intervenções. Para os autores, a compreensão da política linguística exige considerar simultaneamente o que as pessoas fazem, o que pensam e como as instituições interferem, de forma explícita ou implícita, na dinâmica das línguas.

No cenário internacional, a política linguística é frequentemente utilizada como ferramenta estratégica para consolidar poder, promover integração ou justificar intervenções. No caso soviético, por exemplo, Bocale (2016) demonstra como as decisões sobre a posição do idioma russo e das línguas locais estiveram no centro dos esforços de construção de uma identidade socialista e da legitimação da autoridade central. Na Crimeia, políticas de língua foram fundamentais, tanto para a “russificação” administrativa durante a era soviética quanto para as disputas simbólicas após a anexação pela Federação Russa em 2014 (Bocale, 2016). Evidencia-se, portanto, que as políticas linguísticas, de fato, ultrapassam o campo educacional

ou cultural, sendo intrinsecamente políticas *per se* e, muitas vezes, instrumentos de poder simbólico e material nas disputas nacionais e internacionais.

2.4.2 Geopolítica da Língua e Imperialismo Linguístico

Os Estados e outros atores buscam promover, proteger ou restringir o uso de determinados idiomas para consolidar identidades, assegurar lealdade e influenciar territórios, portanto, para isso, se utilizam de uma série de estratégias, que podem se enquadrar em uma espécie de geopolítica da língua (Ricento, 2000). Paralelamente, Robert Phillipson (1992), em sua obra seminal, intitulada *Linguistic Imperialism* (1992), define e aborda o conceito de imperialismo linguístico, associando-o com a língua inglesa. Entretanto, Phillipson (2013) continua contribuindo para ampliar as definições do termo. Segundo ele:

i) O imperialismo linguístico se interliga com uma estrutura de imperialismo na cultura, na educação, na mídia, na comunicação, na economia, na política e nas atividades militares; ii) [...] trata-se de exploração, injustiça, desigualdade e hierarquia que privilegia aqueles capazes de usar a língua dominante; iii) É estrutural: mais recursos materiais e infraestrutura são concedidos à língua dominante do que às outras e iv) É uma forma de linguismo, um favorecimento de uma língua em detrimento de outras de maneiras que se assemelham à estruturação social por meio do racismo, sexismo e classe [...] (Phillipson, 2013, p. 1, tradução nossa).¹¹

Assim, é possível afirmar que a imposição, por meios políticos, educacionais, culturais ou econômicos, de uma língua dominante sobre outras resulta na subordinação ou eliminação das línguas minoritárias. Ademais, o autor argumenta que este tipo de imperialismo tende a operar por meio de instituições educacionais, meios de comunicação, legislação e outras práticas de poder simbólico. Tais mecanismos perpetuam desigualdades, silenciam culturas locais e criam uma hierarquia linguística que favorece o centro hegemônico.

Contudo, observa-se uma possibilidade de aplicação adaptada desse conceito ao caso russo. A promoção da língua russa fora das fronteiras nacionais, especialmente durante o período soviético e também após 1991, pode ser vista como parte de um projeto neoimperialista, que utiliza o idioma como justificativa para intervenções políticas e como instrumento para manter laços identitários e de dependência simbólica nas ex-repúblicas

¹¹ i) Linguistic imperialism interlocks with a structure of imperialism in culture, education, the media, communication, the economy, politics, and military activities; ii) [...] it is about exploitation, injustice, inequality, and hierarchy that privileges those able to use the dominant language. iii) It is structural: More material resources and infrastructure are accorded to the dominant language than to others. iv) It is a form of linguicism, a favoring of one language over others in ways that parallel societal structuring through racism, sexism, and class [...] (Phillipson, 2013, p. 1).

soviéticas. Ricento (2000) salienta que as políticas linguísticas nunca são neutras; elas sempre refletem ideologias dominantes e interesses de poder. O caso da Ucrânia após a anexação da Crimeia é exemplar: a imposição do russo nos sistemas educacionais e administrativos, o fechamento de escolas em ucraniano e a supressão de línguas minoritárias demonstram como a política linguística pode ser um braço de estratégias de dominação. Ademais, estudos como os de Bocale (2016) e Lima *et al.* (2024) mostram que a exclusão de línguas nacionais não apenas fragiliza a identidade local, mas também contribui para a construção de uma narrativa de pertencimento ao “Mundo Russo”, legitimando intervenções políticas e militares também sob o pretexto de proteção linguística e cultural.

O impacto das políticas linguísticas e do imperialismo simbólico sobre as línguas minoritárias pode ser dramático, resultando no deslocamento linguístico, na resistência cultural e, em casos extremos, na morte de idiomas. Joshua Fishman (1997) explica que o deslocamento linguístico ocorre quando uma língua dominante substitui progressivamente uma língua local em áreas estratégicas como a educação, a administração federal e a mídia. Esse processo é, muitas vezes, facilitado por políticas estatais explícitas (elementos de políticas linguísticas e também de política externa) ou por pressões sociais e econômicas que levam comunidades a abandonar, gradativamente, sua língua original.

Outrossim, David Crystal (2007) alerta que a morte de uma língua não implica somente a perda de um instrumento de comunicação, mas também a erosão de um universo cultural, de valores, saberes e perspectivas únicas sobre o mundo. Segundo o autor, “[...] quando consideramos as causas da morte de uma língua [...], é evidente que os fatores envolvidos são tão intensos em seu efeito que mesmo uma língua com milhões de falantes pode não ser segura.” (Crystal, 2007, p. 13, tradução nossa).¹² Além disso, as línguas também podem desaparecer se seus falantes forem, gradativamente, considerar outras línguas mais úteis ou prestigiosas. Nos países ex-membros da URSS, essa tendência se manifesta tanto em comunidades russófonas minorizadas quanto em populações de línguas nacionais pressionadas pela centralidade do russo. Esses processos podem, sim, sofrer resistências, que podem ocorrer de diversas formas, incluindo movimentos de revitalização linguística, criação de escolas bilíngues, produção de mídia em línguas locais e promoção de políticas de proteção e reconhecimento estatal. Fishman (1997) destaca que a reversão do deslocamento linguístico é possível, caso haja vontade política, engajamento comunitário e investimento institucional. Nesse sentido, mesmo enfrentando resistência política e limitações estruturais, alguns Estados

¹² [...] when we consider the causes of language death [...], it is evident that the factors involved are so massive in their effect that even a language with millions of speakers may not be safe.

ex-soviéticos contam com políticas de revitalização interna e têm buscado restaurar o prestígio das línguas nacionais frente ao avanço do idioma russo, como a Lei Nacional de Educação da Ucrânia (2017), por exemplo.

3 A LÍNGUA RUSSA COMO MECANISMO DE PODER NA HISTÓRIA IMPERIAL E SOVIÉTICA

Ao longo dos séculos, a língua russa consolidou-se como um dos mais poderosos instrumentos de construção política e cultural do espaço eurasiático. Nascida como idioma eslavo oriental e expandida pela ação de elites administrativas, missionárias e militares, a língua ultrapassou o domínio comunicativo para se tornar símbolo de civilização, modernidade e centralidade estatal. Segundo Grenoble (2003), a língua russa passou a representar não apenas uma ferramenta de comunicação, mas uma ideologia de unidade, associando o domínio do idioma à ideia de pertencimento à ordem política russa. Essa função simbólica atravessou impérios, revoluções e regimes — do absolutismo czarista ao socialismo soviético — moldando não só a burocracia e a educação, mas também as concepções de identidade, progresso e lealdade.

No contexto imperial, o russo foi gradualmente elevado à condição de língua de prestígio e de governo. Com base no censo de 1897, o Império Russo possuía cerca de 125,6 milhões de habitantes (Moon, 1996), em um quadro social vasto e heterogêneo. Conforme a *Encyclopedia Britannica* (2025), o império do século XIX era marcado por sua natureza multilíngue e multirreligiosa, o que refletia a complexa composição étnica e cultural do Estado. Essa diversidade exigiu políticas linguísticas centralizadoras, voltadas a integrar — e, em muitos casos, subordinar — as periferias culturais ao centro político. O idioma tornou-se, assim, um meio de ascensão social e de legitimação do poder. A Revolução de 1917 não rompeu esse padrão: ao contrário, a URSS herdou o aparato burocrático e simbólico do império, adaptando-o a um projeto ideológico que combinava internacionalismo e controle estatal. Ou seja, a política soviética de nacionalidades reformulou o arcabouço da dominação imperial, porém, manteve sua lógica de gestão e hierarquização (Martin, 2001).

Este capítulo examina a consolidação histórica da língua russa como mecanismo de poder e de integração estatal, desde o Império até o colapso da União Soviética. Na primeira seção, serão abordadas as políticas embrionárias de russificação e de centralização administrativa que moldaram o papel do idioma como instrumento de dominação cultural e política no Império Russo. Serão analisadas as restrições às línguas locais e a difusão do

idioma como critério de ascensão social e de lealdade política, evidenciando como o Estado czarista utilizou, inicialmente, a língua para unificar seu território multicultural, controlando populações não russas.

Na segunda seção, será analisado o processo de padronização linguística soviética, com ênfase na *korenizatsiya* dos anos 1920, no Decreto de 1938 e nas reformas educacionais de 1958–1959, que transformaram o russo em língua de Estado e de mobilidade social. Serão discutidas as políticas de bilinguismo e planificação que sustentaram a retórica da “amizade dos povos”, a expansão do ensino em russo nas repúblicas não eslavas e a institucionalização do idioma como veículo da ciência, da administração e da ideologia socialista. Busca examinar-se de que forma a URSS adaptou o legado imperial a um projeto de engenharia linguística, onde o domínio do idioma russo passou a simbolizar progresso, cidadania e lealdade ao Estado socialista. Além disso, procura-se entender como a linguagem estruturou hierarquias simbólicas e institucionais — uma herança que explicará, nos capítulos seguintes, as continuidades e rupturas da política linguística russa após 1991.

3.1 A POLÍTICA DE RUSSIFICAÇÃO NO IMPÉRIO RUSSO

O Império Russo (1721–1917) consolidou-se entre os séculos XVIII e XIX como um Estado continental multilinguístico e multiconfessional. De início, ainda no século XVI, a expansão avançou em “ondas”, de Moscou para a Sibéria, do Báltico para Polônia-Lituânia e, nos anos 1800, para o Cáucaso e a Ásia Central, como pode ser observado no Mapa 1 abaixo. A autocracia Romanov governava uma ordem política dinástica, apoiada pela Igreja Ortodoxa e por uma burocracia em expansão, sobre populações historicamente diversas em língua, religião e costumes. Na época, não poderia ser considerado, de fato, um “Estado-nação” e sim, um império de elites e corporações locais, no qual a integração administrativa e a lealdade dinástica tinham precedência sobre projetos homogêneos de engenharia nacional (Kappeler, 2001; Lieven, 2001).

Mapa 1 - Expansão da Rússia na Ásia: Aquisição de territórios (1533-1894)



Fonte: Britanica

O termo russificação ganhou difusão na segunda metade do século XIX, entretanto, ao modo como o processo foi articulado não foi único. Thaden (1981) distingue três modos: (a) não planejado, associado a processos voluntários de assimilação social e cultural; (b) administrativo, ligado à centralização institucional e ao uso obrigatório do russo na burocracia e na escola; (c) cultural, voltado à assimilação de não russos por meio de língua, valores e religião. Pavlenko (2011) observa que as medidas variaram no tempo e no espaço e, muitas vezes, responderam a crises políticas e a limitações do aparelho estatal, em especial pela ausência de um ensino primário universal em russo.

Nesse sentido, a língua russa foi gradualmente elevada à posição de idioma de prestígio do centro imperial, sobretudo nas esferas de administração, justiça e educação, sem que isso significasse, desde o início, uma política unificada de assimilação cultural em todo o

território (Kappeler, 2001). No final do século XIX, a configuração demográfica e cultural resultante era marcadamente multilíngue e multiconfessional. Conviviam povos eslavos orientais, ocidentais e meridionais, bálticos, germânicos, românicos, armênios e iranianos, além de grupos urálicos (fino-úgricos e samoiedos), altaicos (túrquicos, mongóis e tungúsicos), caucasianos e paleoasiáticos (Kappeler, 2001). Essa diversidade é sintetizada na Tabela 1 (Kappeler, 2001), que organiza os principais grupos do império por famílias linguísticas, por volta dos anos 1900.

Tabela 1 - Grupos étnicos do Império Russo por afiliação linguística (por volta dos anos 1900)

Línguas Indo-Europeias	
1. Línguas Eslavas	
– Eslavos Orientais	Russos, Ucrânios, Bielorrussos
– Eslavos Ocidentais	Poloneses
– Eslavos Meridionais	Búlgaros
2. Línguas Bálticas	Lituânicos, Letões
3. Línguas Iranianas	Tadjiques, Ossétios, Curdos, Ciganos
4. Língua Armênia	Armênios
5. Línguas Românicas	Romenos (Moldávios)
6. Línguas Germânicas	Alemães, Judeus (iídiche), Suecos
Línguas Urais	
1. Línguas Fínicas	Fínicos, Estonianos, Mordvinos, Votiâcos (Udmurtos), Cheremis (Mari), Zírios (Komi e Komi-Permiak), Karelanos, Izhora (Ingrianos), Veps, Lapões
2. Línguas Úgricas	Óstiacos (Khanty), Voguls (Mansi)
3. Línguas Samoiedas	Samoiedas (Nentse, etc.)
Línguas Altaicas	
1. Línguas Túrquico-Tártaras	Chuvas, Azerbaijânicos, Turcomenos, Turcos, Gagauzes, Cazaques, Caracalpaques, Tártaros, Bashquires, Nogais, Kumyks, Bálcânicos, Carachaiânicos, Uzbeques (“Sarts”), Quirguizes, Uígues, Khakassianos, Shor, Iacutos, Altaiânicos
2. Línguas Mongóis	Buriates, Calmucos
3. Línguas Manchu-Tungus	Tunguses (Evenques), etc.

Línguas Caucasianas	
1. Grupo Meridional	Georgianos, Mingrélios, Svanetianos, Adjares
2. Grupo Noroeste	Kabardinos, Circassianos (com Adigue), Abcásios
3. Grupo Nordeste	Tchetchenos, Inguchétios
4. Grupo Daguestão	Avares, Lezguianos, Darguinos, Laks, etc.
Grupo Paleo-Asiático	
	Chukchis, Koriaks, Iukagires, etc.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Kappler (2001).

Após a insurreição polonesa de 1863–1864, ampliaram-se as iniciativas nas fronteiras ocidentais: o polonês foi substituído pelo russo na administração, nos tribunais e nos níveis secundário, superior e, por fim, primário de ensino. A escola tornou-se o principal instrumento de difusão do russo, pois formava quadros e socializava práticas de governo. Observa-se que a administração moderna exigia linguagem padronizada e comunicação de longo alcance, o que favoreceu a defesa de um único idioma nos currículos e nos procedimentos do Estado (Weeks, 1996). Ao mesmo tempo, faltava um ensino primário universal em russo, o que limitou a expansão do idioma para além de centros urbanos e elites (Pavlenko, 2011). Ainda assim, o prestígio do russo nos tribunais, repartições e credenciais escolares criou incentivos de *status* e reforçou seu lugar no aparelho imperial (Thaden, 1981).

Nas terras bielorrussas e lituanas, a política de despolonização alcançou o sistema de escrita e as escolas. Ainda na década de 1850, cartilhas e manuais passaram a evitar o alfabeto latino; depois, a medida foi estendida ao bielorrusso e ao lituano. Em síntese, Pavlenko (2011) aponta que foi banido o uso do ‘alfabeto polonês’ (latino) em cartilhas. Já em Varsóvia, conforme Kappeler (2001), o uso do polonês nos prédios escolares passou a, inclusive, ser “punível”.

Na Ucrânia, as medidas assumiram caráter proibitivo e visavam retirar o idioma da vida pública. Danylenko e Naienko (2019) mostram que, após a Circular de Valuev (1863) e o *Ukaz* de Ems (1876), a censura se estendeu a livros, apresentações e ensino em ucraniano, com controle sobre importações. Segundo os autores, tais regulações foram dirigidas à eliminação da língua ucraniana do uso público e acabaram por interromper o processo de formação nacional na Ucrânia sob domínio russo.

A vinculação entre língua e projeto estatal tornou-se mais explícita no fim do século XIX, quando identidades políticas passaram a ser ancoradas em critérios linguísticos. Weeks

(1996) observa que a língua funcionava como marcador de pertencimento e como tecnologia de integração administrativa; nas suas palavras, “a linguagem é, certamente, um fator importante: provavelmente o fator determinante mais importante para o nacionalismo moderno” (Weeks, 1996, p. 6, tradução nossa)¹³. No caso russo, esse princípio operou imperialmente: reforçou a primazia do russo na administração e no ensino, sem converter o império numa nação homogênea.

A política confessional dialogou com a linguística, sobretudo nas províncias ocidentais. Ao deslocar o polonês da escola e do foro e ao restringir a atuação do clero católico, a administração buscou alinhar práticas de ensino e culto a parâmetros considerados leis ao centro. Kappeler (2001) registra que, no fim do século XIX, o russo tornou-se língua de instrução até no ensino primário em Varsóvia, e que a reorganização institucional afetou a operação de universidades e escolas, o que, em resposta, gerou boicotes e redes clandestinas.

Além das medidas de governo, houve assimilação não planejada por mobilidade, serviço estatal e vida urbana. Thaden (1981) descreve que, desde o século XVI, contingentes de tártaros, tchuvaixes, mordvinos, bielorrussos e ucranianos adotaram costumes e língua russas por casamento, carreira militar e migração interna. A expansão ferroviária e a modernização econômica aceleraram, no século XIX, esse tipo de incorporação social, o que ampliou o uso do russo fora das repartições e das salas de aula.

Há um debate sobre o grau de coerência e continuidade das medidas imperiais. Para Pavlenko (2011), os arranjos variaram conforme o tempo e o espaço e responderam a choques políticos; em sua formulação, as políticas de russificação foram “somente parcialmente conscientes, nunca consistentes, e definitivamente, não duradouras” (Pavlenko, 2011, p. 332, tradução nossa)¹⁴. Já Danylenko e Naienko (2019) sustentam que, no caso ucraniano, a pressão linguística foi consciente, constante e de longa duração, sobretudo a partir das regulações de 1863 e 1876.

Um efeito recorrente foi a adoção do russo por elites administrativas e urbanas sem ganho automático de lealdade política ao centro. Pavlenko (2011) e Keppeler (2001) observam que o ensino médio e superior em russo, as carreiras estatais e a justiça criaram incentivos claros para o bilinguismo, mas não neutralizaram mobilizações nacionais, pelo contrário, em contextos como o polonês e o lituano, proibitivos e censuras estimularam a propagação de escolas clandestinas e redes editoriais alternativas.

¹³ “Language is certainly one important factor: it is probably the single most important determining factor for modern nationalism” (Weeks, 1996, p. 6)

¹⁴ “[...] only partially conscious (as far as denationalization was concerned), never consistent, and definitely not long-lasting.” (Pavlenko, 2011, p. 332)

Os instrumentos de implementação combinaram censura e administração. Pavlenko (2011) descreve que as proibições alcançaram imprensa, teatro e importação de livros, enquanto currículos, exames e nomeações de diretores e docentes foram ajustados para privilegiar o idioma russo. Ademais, Kappeler (2001) aponta o deslocamento de universidades e a exigência do russo como língua de trabalho, e, da mesma forma, Weeks (2010) observa que petições, atas e sentenças passaram a circular preferencialmente em russo, vinculando o idioma a procedimentos estatais cotidianos.

A normatização também avançou por meios legais. Danylenko e Naienko (2019) sintetizam que as emendas de 1881 não foram menos restritivas e que os atos de censura anteriores não chegaram a ser publicados. Esses mecanismos produziram efeitos assimétricos: famílias urbanas e quadros administrativos adotaram o russo por cálculo de carreira, enquanto a ausência de um ensino primário universal impediu uma virada linguística ampla na região do campo (Pavlenko, 2011; Thaden, 1981). Ou seja, o idioma ganhou centralidade nas vias de ascensão social e no acesso a cargos.

Outrossim, justificativas oficiais e argumentos públicos recorreram a imagens de unidade histórica. Cavalcante Junior (2024) observa que o mito da “Pequena Rússia” ajudou a enquadrar a Ucrânia como parte orgânica de uma mesma história eslava, o que reforçou intervenções de russificação linguística. Como sintetiza o autor, “foi forjado [...] o mito das duas Rússias: a grande (Rússia propriamente) e a pequena (Ucrânia)” (Cavalcante Junior, 2024, p. 196).

Em 1905 foram expostas às limitações e a elasticidade do “programa” imperial. A liberalização decorrente da revolução trouxe breves recuos censórios e experimentos locais de ensino nativo, porém, a partir de 1907 houve a retomada do controle. Cavalcante Junior (2024) resume que a Revolução de 1905 foi “mais uma revolução não russa contra a russificação”(Cavalcante Junior, 2024, p. 200), com ganhos que duraram pouco, e tendo sido revertidos.

Entre 1863 e 1914, a lógica predominante era a estabilidade do Estado. Weeks (2010) aponta que a prioridade foi inibir novos levantes e integrar periferias por meios jurídicos, escolares e administrativos, nos quais o russo operou como língua de trabalho e de legitimação do poder. Conforme ele, esse arranjo fortaleceu canais de governança e padronizou procedimentos, porém, sem “produzir” assimilação completa.

Considerando o conjunto regional entre 1863 e 1914, é possível observar um quadro desigual. Nas províncias ocidentais, predominaram proibições e substituições de idioma que atingiram escolas, foros e a administração (Kappeler, 2001). Nos países bálticos e no Grão

Ducado da Finlândia, o eixo foi a centralização administrativa com avanços curriculares do idioma russo e resistências persistentes (Thaden, 1981; Lieven, 2001). No núcleo eslavo oriental, o tratamento foi mais assimilacionista, com restrições severas ao ucraniano após 1863 e 1876 (Danylenko; Naienko, 2019). E segundo Weeks (2010) e Pavlenko (2011), no Cáucaso e na Ásia Central, a prioridade ficou na incorporação política e militar, com baixa pressão por mudança linguística fora das cidades.

Esses arranjos reforçaram o russo como língua de trabalho do Estado e como credencial para trajetórias educacionais e profissionais. Exigências em concursos, exames e expedientes oficiais consolidaram a vantagem do idioma nas carreiras públicas, e no fim do século XIX, ele também se expandiu em atividades urbanas e qualificações técnicas (Weeks, 2010). O resultado foi um bilinguismo de elite mais estável do que uma substituição linguística generalizada.

Ao final da época imperial, consoante a Kappeler (2001) e Pavlenko (2011) a política linguística alcançou resultados institucionais claros, a preferência pelo russo na administração, na justiça e no ensino médio e superior, e limites sociais evidentes, dados pela fraca aptidão no campo e pela persistência de identidades regionais. Tais acontecimentos, combinados à experiência de crises e reformas desde 1863, serviram de base para reconfigurações posteriores do uso público das línguas sob o novo regime após 1917 (Weeks, 2010).

Em termos interpretativos, Kappeler (2001) sustenta que é difundida, em parte da academia ocidental, a ideia de uma política de russificação coerente na Rússia Imperial, voltada a alcançar a completa uniformidade administrativa, social e cultural e a transformar o império em um Estado-nação etnicamente homogêneo: “no entanto, tais generalizações não fazem justiça à complexidade da política russa e vêm sendo, cada vez mais, colocadas em questão” (Kappeler, 2001, p. 273, tradução nossa)¹⁵.

Weeks (1996), por sua vez, insiste que o que havia não era um programa central de “política de nacionalidades”, mas respostas pontuais às necessidades políticas e administrativas de regiões mistas. Em contraste, Danylenko e Naienko (2019) argumentam que a Ucrânia constituiu uma exceção relevante: os governantes russos teriam tratado a região com maior severidade do que outras áreas não russas, instaurando uma trajetória contínua de restrição linguística desde o século XVII e, sobretudo, após 1863 e 1876. Isso dialoga não

¹⁵ However, such sweeping generalizations fail to explain and do justice to the complexity of Russian policy, and they have increasingly been called into question in recent years. (Kappeler, 2001, p. 273)

somente com evidências de proibições, censura e controle editorial e escolar, mas também com reações sociais que reforçaram a mobilização nacional.

Antecedentes do século XVIII ajudam a iluminar a continuidade de certas formulações oficiais. Em 1764, Catarina II escreveu ao Procurador-Geral Aleksandr Viazemsky que seria “equivocado e irresponsável” tratar a Pequena Rússia como uma província estrangeira, que ela “precisava ser russificada”, ainda que por meios “brandos”. Além disso, acrescentou que, para tanto, era necessário “livrar-se não apenas de todos os *hetmans*¹⁶, mas da própria menção e história desse título” (Danylenko; Naienko, 2019, p. 32, tradução nossa)¹⁷.

No final do XIX, o *Ukaz* de Ems (1876) condensou uma estratégia de contenção pública do ucraniano. Danylenko e Naienko (2019) apontam que o ato proibiu a impressão de livros, brochuras e até letras de canções em ucraniano, além de vetar apresentações teatrais no idioma e impor controles sobre importações. Ademais, em 1881, emendas mantiveram e ampliaram o escopo da censura. Essas disposições dialogam com a prioridade de estabilizar as fronteiras ocidentais após 1863.

A heterogeneidade das respostas imperiais também pode ser vista no tratamento de judeus e populações muçulmanas. Weeks (2010) observa que o governo czarista incentivou a adoção do russo por elites judaicas (por exemplo, via escolas “rabínicas” em Vilna e Jitomir na década de 1850) e desestimulou o iídiche¹⁸, tido como inadequado à modernidade, porém, como em outras regiões, a adoção do idioma e de currículos em russo não se traduziu necessariamente em fidelidade política duradoura. No espaço muçulmano da Ásia Central e do Cáucaso, prevaleceu a incorporação administrativa com limitada pressão linguística direta, sobretudo fora dos centros urbanos.

Em outros impérios europeus do século XIX (Prússia e Áustria-Hungria), políticas de unificação também recorreram à escola, à censura e a exigências linguísticas, ainda que com arranjos próprios. No caso russo, conforme já mencionado, essa pauta avançou desigualmente: na Vístula e no núcleo eslavo oriental, o alvo incidiu mais diretamente sobre o polonês e o ucraniano; no Báltico e na Finlândia, prevaleceram medidas de centralização; na Ásia Central, a prioridade foi a incorporação político-militar (Weeks, 1996; Lieven, 2001;

¹⁶ Conforme Britannica (2025) “[...] título militar usado no estado polaco-lituano (séculos 16 a 18); O *hetman wielki* (“grande hetman”) era o chefe das forças armadas e o comandante no campo quando o rei não estava presente.” Fonte: <<https://www.britannica.com/topic/hetman>>. Acesso em: 20 out. 2025.

¹⁷ “[...] one had to get rid not only of all the *Hetmans* in Little Russia but of the very mention and history of this title” (Danylenko; Naienko, 2019, p. 32)

¹⁸ Conforme Britannica (2025): “é uma das muitas línguas germânicas que formam um ramo da família das línguas indo-europeias. O iídiche é a língua dos *Ashkenazim*, judeus da Europa Central e Oriental e seus descendentes.”. Fonte: <<https://www.britannica.com/topic/Yiddish-language>>. Acesso em: 20 out. 2025.

Weeks, 2010). Essa comparação ajuda a situar a russificação como parte de um repertório comum de governo de grandes Estados multilinguísticos, com resultados locais distintos.

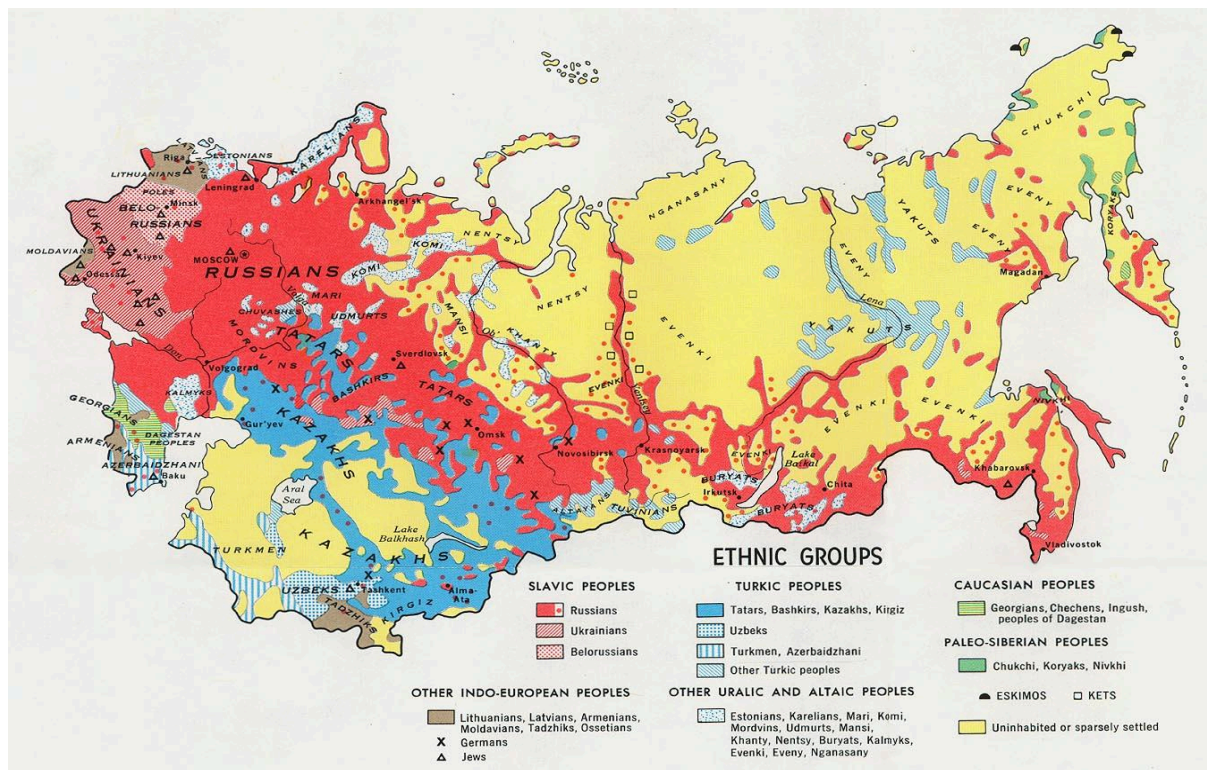
A execução das medidas dependia da capacidade do aparelho e de escolhas de autoridades regionais. Observa-se que, em alusão à Kappeler (2001) e Thaden (1981) que prefeitos escolares, censores e governadores gerais modulavam a pressão sobre currículos, imprensa e associações, o que explica os avanços e recuos segundo conjunturas de crise e recursos disponíveis. Dessa forma, Pavlenko (2011) nos traz que a administração russa não possuía uma política linguística unificada, e que as suas estratégias variaram por época e região.

Às vésperas de 1917, o império apresentava uma configuração linguística e social assimétrica: o russo dominava a administração, a justiça e o ensino médio e superior, mas sua aderência entre camponeses permaneceu restrita. Dados sociais e educacionais evidenciam que a proficiência em russo se concentrou em elites urbanas e funcionais, enquanto a alfabetização de camadas rurais não russas seguia baixa. A etapa seguinte alterou o *status quo* russo, ou seja, a padronização linguística soviética, combinada à escolarização em massa, industrialização e mobilidade, redesenhou o lugar do idioma russo como língua de circulação inter-regional e de ascensão social.

3.2 A PADRONIZAÇÃO LINGUÍSTICA NA UNIÃO SOVIÉTICA

A Revolução de outubro de 1917 marcou não somente a derrocada definitiva do regime czarista, como também o início de uma profunda reconfiguração institucional e ideológica no antigo espaço imperial russo. Após a abdicação de Nicolau II e a breve experiência do Governo Provisório, os bolcheviques assumiram o poder em meio a uma guerra civil sangrenta (1918–1921), que resultaria na desagregação parcial do império e na efêmera independência de diversas periferias étnico-territoriais. Em resposta a esse cenário de fragmentação, conforme ilustrado no Mapa 2, a fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1922, consolidou um novo arranjo federativo, oficialmente baseado na igualdade entre nacionalidades.

Mapa 3 – Grupos étnicos da URSS (1974)



Fonte: The University of Texas at Austin

Nesse contexto, a linguagem não foi somente um meio de comunicação, mas um instrumento de poder, classificação e controle. Desde os primeiros anos do regime soviético, a política linguística foi moldada por essa tensão entre diversidade e centralização: ora promovendo línguas locais como expressão de soberania cultural, ora reforçando o papel do russo como vetor de unificação. Censos, cartografias, planos educacionais e campanhas de alfabetização foram articulados à construção de um Estado que, apesar do discurso internacionalista, manteve o idioma russo no centro das engrenagens do poder.

Aqui examina-se a evolução da política linguística soviética entre 1917 e 1991, com ênfase na padronização, no planejamento educacional e na progressiva hegemonia do russo. A trajetória será analisada em cinco momentos fundamentais: primeiramente, a partir da *korenizatsiya*, pautada na promoção das línguas e elites locais nas repúblicas não russas nos anos 1920 e a latinização inicial; seguida pela centralização stalinista e o Decreto de 1938; o bilinguismo assimétrico da era *Khrushchev*; a planificação educacional entre 1950 e os anos de estagnação; e, por fim, a reviravolta *perestroika* e o colapso do modelo soviético de gestão linguística.

3.2.1 *Korenizatsiya*, latinização e o ideal de igualdade linguística (1917–1937)

Terry Martin, em sua obra *The Affirmative Action Empire* (2001), afirma que a política de nacionalidades tomou forma ao exigir que, nos territórios nacionais, a língua da nacionalidade titular¹⁹ assumisse prioridade no ensino, na administração e nas publicações, integrada a um projeto de *korenizatsiya* conhecido como “enraizamento” ou “nativização”. Essa política soviética, implementada no início da década de 1920 que, além de buscar institucionalizar a promoção das línguas e das elites locais nas repúblicas não russas — para garantir o uso administrativo, educacional e cultural dos idiomas nacionais — também pretendia consolidar identidades nacionais controladas e garantir fidelidade política ao Partido, funcionando como estratégia de integração administrativa e ideológica, como apontam Martin (2001) e Hirsch (2004). Conforme Martin (2001) e Lenore A. Grenoble (2003), a *korenizatsiya* representou um esforço sistemático de construção nacional no contexto soviético inicial, concebida como política de integração e lealdade ideológica, que mobilizou comissariados populares de educação, editoras e institutos linguísticos. Essa diretriz aparece de modo sistemático na historiografia, tendo sido aprofundada pelas análises de padronização e expansão lexical em línguas vernáculas, concebidas como instrumentos de governo e alfabetização em massa, sem prescindir do russo como veículo inter-republicano.

A reforma de alfabetos e a latinização de numerosas línguas não eslavas emergiram como vitrine desse ciclo. Como sintetiza Martin (2001): “[...] a reforma do alfabeto emergiu nas décadas de 1920 e 1930 como um grande projeto prático de construção linguística e um campo de batalha simbólico ainda mais importante na política da identidade nacional” (Martin, 2001, p. 184, tradução nossa)²⁰. Na Ásia Central, durante a década de 1920, a reforma dos alfabetos foi concebida como instrumento de modernização e de construção de uma identidade socialista desvinculada do passado imperial. O momento decisivo ocorreu em 1926, com o Congresso Turcológico de Bacu, onde representantes das repúblicas turcomanas debateram a substituição da escrita árabe por uma escrita latina unificada. Conforme Sofya du

¹⁹ No contexto soviético, é a nacionalidade que dá nome e fundamento jurídico-político a uma república, região ou distrito nacional; sua língua tende a deter posição oficial naquele território. Como declara Martin (2001): “Em cada território nacional, a língua da nacionalidade titular deveria ser estabelecida como língua oficial do Estado” (Martin, 2001, p. 10, tradução nossa). “In each national territory, the language of the titular nationality was to be established as the official state language.” (Martin, 2001, p. 10).

²⁰ “[...] alphabet reform emerged in the 1920s and 1930s as a major practical project in language construction and an even more important symbolic battleground in the politics of national identity.” (Martin, 2001, p. 184).

Boulay & Huw du Boulay (2021), esse encontro marcou o ponto de virada na história da latinização soviética, quando a padronização do novo alfabeto foi apresentada como símbolo de progresso técnico e de unidade cultural entre os povos túrquicos da URSS.

Em poucos anos, a adoção do alfabeto latino tornou-se generalizada, conforme demonstram S. du Boulay & H. du Boulay (2021): “Até o final da década de 1920, todas as principais línguas túrquicas da URSS, incluindo as da Ásia Central, utilizavam o alfabeto latino” (S. du Boulay & H. du Boulay, 2021, p. 2, tradução nossa).²¹ Contudo, a experiência teve vida curta: em torno de 1938, o governo soviético determinou a obrigatoriedade do cirílico e a imposição do ensino do russo, redefinindo o projeto linguístico de emancipação em uma política de centralização estatal e russificação.

A escola foi o mecanismo de implementação mais constante: previu-se a instrução primária integral no idioma local, com introdução gradual do russo como segunda língua funcional²², supervisionada pelo Comissariado do Povo para a Educação (*Narkompros*)²³, órgão responsável por coordenar a política educacional e cultural do Estado soviético durante a década de 1920, desempenhando papel central na implementação das reformas linguísticas e escolares, formulando diretrizes para o ensino em línguas locais e padronizações.

Essa arquitetura, como observa Michael Kirkwood, em *Language Planning in the Soviet Union* (1990), decorre da centralidade do sistema educacional em regimes de planejamento: “em um sistema totalitário, no qual há controle estatal da educação, da editoração e dos meios de comunicação de massa [...] a capacidade do governo de implementar uma política linguística tende a ser superior do que a de um governo não totalitário” (Kirkwood, 1990, p. 4, tradução nossa)²⁴. Na prática, ritmos e formatos variaram conforme a disponibilidade de docentes, materiais e densidade demográfica, ou seja, onde havia elites letradas antes de 1917, a adoção da língua titular como meio de instrução avançou mais rapidamente. Por outro lado, em regiões de baixa escolarização, priorizou-se a formação de quadros e a produção de material didático para viabilizar a *korenizatsiya* linguística (Kirkwood, 1990; Martin, 2001).

As reformas gráficas e terminológicas logo expuseram tensões. Grenoble, em *Language Policy in the Soviet Union* (2003), registra que, “Independentemente das

²¹ “By the end of the 1920s all the main Turkic languages in the USSR, including those in Central Asia, used the Latin alphabet” (S. du Boulay & H. du Boulay, 2021).

²² Grenoble (2003) a define como uma língua de comunicação interétnica ou administrativa utilizado para fins pragmáticos no ensino e na gestão pública soviética.

²³ *Naródney Komissariát Prosveshénia*.

²⁴ “In a totalitarian system where there is state control of education, publishing and the mass media [...] the ability of the government to implement a language policy would seem to be superior to that of a nontotalitarian government.” (Kirkwood, 1990, p. 4).

declarações oficiais, a motivação por trás das mudanças de alfabeto era política” (Grenoble, 2003, p. 119, tradução nossa)²⁵. Somaram-se a isso a multiplicação de padrões escritos, a competição por recursos editoriais e as dificuldades de estabilizar terminologias técnico-científicas, o que exigiu uma coordenação cada vez mais centralizada. Outrossim, Kirkwood (1990) colabora, comentando que a circulação inter-republicana e a administração “horizontal” continuaram a depender do russo, criando assimetria entre o ideal de igualdade linguística e a prática do Estado.

Entre 1934 e 1937, sinais de inflexão tornaram-se nítidos: o experimentalismo linguístico dos anos 1920 perdeu fôlego sob Josef Stálin (1878–1953) — segundo líder político soviético e secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética entre 1924 e 1953 — responsável pela consolidação do regime totalitário e pela centralização do poder estatal, com deslocamento para unidade administrativa e vigilância ideológica. Projetos de reforma gráfica foram reavaliados, preparando o terreno para a virada de 1938, quando, segundo Martin (2001), o ensino do russo se tornou obrigatório em todas as repúblicas. O período de 1917–1937 combina, assim, a institucionalização de línguas e a aceleração da alfabetização com a manutenção, e posterior expansão, do russo como instrumento de coordenação estatal e homogeneização normativa.

3.2.2 Centralização stalinista e a consolidação do russo como língua de Estado (1938–1953)

O período de consolidação stalinista marcou uma profunda inflexão na política linguística soviética. Após a fase experimental e descentralizada da *korenizatsiya*, o Estado passou a impor uma política de uniformização educacional e cultural, transformando o idioma russo em elemento de coesão e de controle político. A ascensão de Stálin ao poder (1924–1953) consolidou uma nova concepção de unidade nacional: o multilinguismo, antes celebrado como expressão da diversidade socialista, foi reinterpretado como obstáculo à integração do proletariado soviético.

Essa mudança se materializou de forma explícita com o Decreto de 13 de março de 1938, promulgado pelo Conselho de Comissários do Povo e pelo Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, que tornou obrigatório o ensino do idioma russo em todas as escolas das repúblicas soviéticas. Conforme Blitstein (2001):

²⁵ “Regardless of official claims, the motivation behind the alphabet changes was political [...]” (Grenoble, 2003, p. 119).

Assim, um decreto governamental de 13 de março de 1938 tornou a língua e a literatura russas disciplinas obrigatórias em todas as escolas soviéticas não russas. No entanto, os meios para alcançar a uniformidade soviética por meio da língua russa não eram de forma alguma óbvios. O ensino em língua materna para a população não russa era política oficial desde 1918. Comprometido com a educação em massa, o regime de Stalin não apenas manteve o ensino em língua materna nas escolas não russas, como também buscou expandi-lo (Blitstein, 2001, p.253, tradução nossa).²⁶

Observa-se que o Decreto de 1938 representou a institucionalização definitiva do russo como língua de Estado, subordinando o discurso da diversidade nacional à prática da centralização política. O idioma russo passou a ser apresentado como uma espécie de língua do proletariado unificado, que sintetizava a nova ideologia linguística do regime. Essa concepção foi amplamente reproduzida nos manuais escolares e na imprensa oficial, consolidando a noção de que o domínio do russo equivalia ao progresso e à lealdade socialista.

Nesse sentido, Silver (1974a) complementa que o conceito de “preservação” linguística revela-se problemático, pois muitas das línguas nacionais das ex-repúblicas soviéticas ainda estavam em processo recente de padronização ou de consolidação como idiomas autônomos. Mesmo com esforços para afirmar identidades próprias, essas línguas continuaram fortemente marcadas pela presença do russo, sobretudo em campos técnicos, científicos, educacionais e administrativos. “Estima-se, por exemplo, que em muitas línguas não russas, de 70 a 80 por cento dos novos termos técnico-científicos, sociopolíticos, educacionais e outros termos especializados consistem em empréstimos da língua russa ou por meio dela.” (Silver 1974a, p. 49, tradução nossa).²⁷

Em consoante, Dietrich (2005) colabora afirmando que [...] entre 1938 e 1940, o alfabeto latino foi abandonado em favor da escrita cirílica em toda a Ásia Central, enquanto o ensino da língua russa foi tornado obrigatório em todas as escolas não russas na União Soviética em 1938 (Dietrich 2005, p. 1-2, tradução nossa)²⁸.” Isto posto, tal avanço quantitativo revela uma transformação estrutural: a língua russa deixou de ser somente um

²⁶Accordingly, a government decree of March 13, 1938, made Russian language and literature obligatory subjects in all Soviet non-Russian schools. Yet the means to achieve Soviet uniformity through the Russian language were by no means obvious. Native-language schooling for the non-Russian population had been official policy since 1918. Committed to mass education, the Stalin regime not only retained native-language instruction in non-Russian schools but sought to extend it. (Blitstein, 2001, p.253)

²⁷“It has been estimated, for example, that in many non-Russian languages, 70 to 80 percent of the new technical-scientific, sociopolitical, educational, and other specialized terms consist of borrowings from the Russian language or through it.” (Silver 1974a, p. 49).

²⁸ “[...] between 1938 and 1940, the Latin alphabet was abandoned in favour of the Cyrillic script throughout Central Asia, while the teaching of the Russian language was made compulsory in all non-Russian schools across the Soviet Union in 1938.” (Dietrich 2005, p. 1-2)

veículo administrativo para se converter em símbolo de pertencimento político e de mobilidade social.

Kirkwood (1990) reforça essa leitura ao apontar que o Estado soviético, ao controlar diretamente a formação docente e a produção de materiais didáticos, estabeleceu um sistema de planificação educacional sem precedentes. Em suas palavras, “Em um sistema totalitário, no qual há controle estatal da educação, da editoração e dos meios de comunicação de massa [...] a capacidade do governo de implementar uma política linguística tende a ser superior do que a de um governo não totalitário” (Kirkwood, 1990, p. 4, tradução nossa)²⁹. A própria burocracia partidária incentivava o domínio do russo como critério para o avanço profissional, o que contribuiu para o surgimento de um bilinguismo hierarquizado, em que as línguas locais eram relegadas à vida doméstica e cultural.

O controle da linguagem, nesse contexto, integrava um projeto mais amplo de reengenharia social. No Plenário do Comitê Central (TsK), em outubro de 1937, Stálin justificou a obrigatoriedade do ensino de russo nos seguintes termos: “Existe uma língua em que todos os cidadãos da URSS podem mais ou menos se expressar: o russo. Por isso concluímos que deveria ser obrigatório. Seria bom se todos os cidadãos convocados para o exército pudessem se expressar em russo [...] (Stálin *apud* Blitstein, 2001, p. 255, tradução nossa)³⁰. Essa retórica colaborou para transformar o idioma em um marcador de ortodoxia ideológica. A padronização curricular e o controle editorial tornaram-se, também, mecanismos de vigilância política, na medida em que a proficiência em russo se converteu em requisito para o acesso à educação superior e à administração pública.

A consolidação do russo como língua obrigatória não eliminou, completamente, as línguas nacionais, mas as subordinou à hierarquia do Estado. Como sintetiza Dietrich (2005), nota-se que o período stalinista criou uma espécie de burocracia linguística voltada à manutenção da homogeneidade discursiva, em que cada república devia adotar o russo como língua de instrução e referência científica. A partir daí, o idioma deixou de ser somente um meio de comunicação interétnica e passou a representar o próprio ideal soviético de modernidade, disciplina e unidade política.

²⁹ “In a totalitarian system where there is state control of education, publishing and the mass media... the ability of the government to implement a language policy would seem to be superior to that of a nontotalitarian government.” (Kirkwood, 1990, p. 4).

³⁰ “There is one language in which all citizens of the USSR can more or less express themselves—that is Russian. So we concluded that it should be obligatory. It would be good if all citizens drafted into the army could express themselves in Russian [...] (Stálin *apud* Blitstein, 2001, p. 255)

3.2.3 Bilinguismo, planificação e a retórica da “amizade dos povos” (1953–1991)

O falecimento de Josef Stálin em 1953 encerrou um ciclo de forte centralização e inaugurou uma etapa na política linguística soviética. Sob Nikita Khrushchov (1953-1964), o regime buscou redefinir a identidade soviética a partir da ideia *druzhba narodov* (amizade dos povos), que, embora reafirmasse a igualdade formal entre as nacionalidades, manteve o idioma russo como eixo de integração e progresso socialista. Essa política marcou o início da consolidação do bilinguismo institucional, um bilinguismo assimétrico onde o russo se afirmava como língua da ciência, da administração e do futuro, enquanto as línguas nacionais eram relegadas aos domínios culturais e domésticos. Grenoble (2003) observa que, a partir de meados da década de 1950, ocorreu uma mudança de orientação que buscava “[...] estabelecer o russo como a língua da União Soviética” (Grenoble, 2003, p.57, tradução nossa)³¹ Semelhantemente, Bowring e Borgoyakova (2016) enfatizam que as reformas educacionais de 1958–1959, conhecidas como as Reformas de Khrushchov, abriram caminho para a instrução monolíngue em russo, enfraquecendo o papel das línguas nacionais na educação.

As Reformas Educacionais de 1958–1959 representaram um divisor de águas na planificação linguística. O decreto intitulado “Sobre o fortalecimento das conexões entre a escola e a vida” conferiu aos pais o direito de escolher o idioma de instrução, o que, na prática, resultou na predominância das escolas em russo. Grenoble (2003) destaca que essas “reformas” tornaram “[...] o ensino da língua nativa opcional, não obrigatório, e abriram portas para o ensino monolíngue de russo para todas as crianças” (Grenoble, 2003, p. 194, tradução nossa)³², enquanto Silver (1974b) complementa que, até 1972, muitas nacionalidades perderam completamente suas escolas de língua nativa. Isto é, desfrutavam do ensino nativo apenas nos 4 anos do ensino primário. Tal fato é evidenciado na Tabela 2, que compara os graus de ensino em que as línguas nacionais atuavam como meio de instrução (1958 e 1972), e como disciplina separada (1972) na República Socialista Federativa Soviética da Rússia (RSFSR).

³¹ “[...] to establish Russian as the language of the Soviet Union.”(Grenoble, 2003, p.57)

³² “[...] made native-language instruction optional, not obligatory, and opened the door for monolingual Russian instruction for all children” (Grenoble, 2003, p. 194).

Tabela 2 – Amplitude das escolas de língua nativa para nacionalidades da RSFSR (1958 e 1972)

Nacionalidade (RSFSR)	Meio de instrução 1958	Meio de instrução 1972	Disciplina separada 1972
Bashkir	1-10	1-10	1-10
Buryat	1-7	1-6	1-10
Chechen	—	pré-escola apenas	1-10
Chuvash	1-7	0-4 ^b	1-10
Ingush	—	pré-escola apenas	1-10
Kabardinos	1-4	—	1-10
Balkares	1-4	nenhuma	1-10
Kalmyks	1-4	nenhuma	1-10
Karelios	1-4	nenhuma	1-10
Komi (Zyrianos)	1-7	1-3	1-10
Mari	1-7	0-3	1-10
Mordvinos	1-7	0-3	1-9
Ossétios do Norte	1-4	nenhuma	1-10
Povos do Daguestão — Avar	1-4	0-2	1-8
Povos do Daguestão — Dargin	1-4	0-2	1-8
Povos do Daguestão — Kumyk	1-4	0-2	1-8
Povos do Daguestão — Lezgui	1-4	0-2	1-8
Povos do Daguestão — Lak	1-4	0-2	1-8
Povos do Daguestão — Nogai	1-4	pré-escola apenas	1-8
Povos do Daguestão — Tabasaran	1-4	0-2	1-8
Tártaros	1-10	1-10	1-10
Tuvanos	1-7	—	1-10
Udmurtos	1-7	0-3	1-9
Yakutos	1-7	—	1-10
Altai (Província Autônoma)	1-4	1-3	1-8
Adigue (Província Autônoma)	1-4	nenhuma	1-10
Cherkess (Província Autônoma)	1-4	nenhuma	1-10
Karachai (Província Autônoma)	1-4	nenhuma	1-10
Khakass (Província Autônoma)	1-4	0-3	1-8
Judeus (Província Autônoma)
Komi Permyaks	1-7	0-3	1-8
Mansi	...	nenhuma	0-1
Nenets	1-2	pré-escola apenas	0-3
Khanty	1-2	nenhuma	0-1
Chukchi	1-2	nenhuma	0-1
Evenks	1-2	nenhuma	0-3
Eskimos	1-2	nenhuma	pré-escola apenas
Koryaks	1-2
Abaz	1-4

Evens	1–2	nenhuma	0–1
Nanai	1–2
Coreanos (RSFSR)	1–7
Armênios	1–10	1–10	1–10
Azerbaijanos	1–10	0–2	1–8
Alemães	nenhuma	1–10	1–10
Cazaques	1–10	1–10	1–10
Turquemenos	1–4

Fonte: Reproduzido pelo autor a partir de Silver (1974b)

Notas do original:

- b) Quando os anos indicam “0–...”, o uso da língua começa na pré-escola.
c) “...” = não disponível

A década de 1960 marcou o aprofundamento da planificação linguística e a sistematização de políticas de bilinguismo desigual. Segundo Molotkina (2023) e Silver (1974b), a expansão das escolas em russo nas repúblicas não eslavas foi acompanhada pela redução contínua das escolas em línguas nacionais. Molotkina (2023) relata que, na República Socialista Soviética (RSS) da Ucrânia, entre 1959 e 1965, o número de escolas com o ucraniano como língua de instrução diminuiu em 1.725 unidades, enquanto as escolas exclusivamente em russo aumentaram em 484. Essa tendência também foi observada por Bowring e Borgoyakova (2016), que apontam a redução de 47 para 17 línguas de instrução entre 1960 e 1982. Tais dados evidenciam uma planificação centralizada e tecnocrática, voltada à homogeneização cultural e ao controle administrativo. O discurso oficial, contudo, apresentava essas reformas como um projeto de fraternidade linguística e modernização pedagógica, associando o domínio do russo ao avanço científico e ideológico.

O governo de Leonid Brezhnev (1964–1982) aprofundou essa política de integração linguística, transformando o bilinguismo em instrumento ideológico. Grenoble (2003) observa que o período brezhneviano foi caracterizado por um aumento constante da instrução em russo e pela substituição das línguas nacionais nas escolas e universidades. A ideologia da “convergência e fusão dos povos” (*sblizhenie i sliianie narodov*) pretendia forjar uma supra-nacionalidade soviética (*sovetskii narod*), e, nesse processo, o russo emergiu como elemento central da coesão política e simbólica. A Conferência de Tashkent de 1979, intitulada “A Língua Russa — a Língua da Amizade e Cooperação dos Povos da URSS”, institucionalizou a ideia de que o domínio do russo era expressão de fraternidade socialista e modernidade.

A Constituição de 1977 consolidou juridicamente essa hierarquia linguística. O Artigo 45 garantiu somente a “oportunidade” — e não o direito — à instrução na língua materna,

restringindo a proteção às línguas nacionais. Grenoble (2003) observa que, nesse momento, o russo passou a ser formalmente reconhecido como língua de comunicação interétnica, posição reforçada pelo Decreto n.º 835 de 1978, que tornava o ensino do russo obrigatório desde o nível pré-escolar. Bowring e Borgoyakova (2016) acrescentam que essa mudança semântica e jurídica institucionalizou uma estrutura de dominação linguística, na qual o bilinguismo era mantido como símbolo de unidade, mas a prática era de monolingüismo russo. O bilinguismo, portanto, transformou-se em política de Estado e em mecanismo de engenharia cultural e política.

Os dados censitários das décadas de 1970 e 1980 reforçam a amplitude dessa política. Egorova (2022) observa que, em 1970, 76% da população total declarava fluência em russo, e que, entre 1970 e 1989, essa proporção entre os não russos aumentou de 78,1% para 88%. Silver (1974b) complementa que a russificação soviética era mais intensa nas zonas urbanas, onde o domínio do russo significava acesso à educação superior e às carreiras administrativas. Ao final da década de 1980, o bilinguismo soviético havia se transformado em um sistema de integração subordinada, no qual o russo era o idioma da mobilidade e da cidadania soviética.

Ademais, os países bálticos e a Bielorrússia apresentaram um quadro particular de transformação linguística. Na Lituânia, por exemplo, Grenoble (2003) notou uma substituição gradual das línguas locais pelo russo, sobretudo nas escolas técnicas e instituições de ensino superior, onde o idioma passou a predominar a partir da década de 1970. Registros indicam que, em 1975, as dissertações de doutorado deveriam ser redigidas prioritariamente em russo, como parte de uma política que integrava a educação ao projeto de unificação cultural soviética, ou seja, o uso do lituano para estes fins não era mais permitido.

Com o idioma bielorrusso a situação foi semelhante. Conforme Grenoble (2003), a publicação de títulos nesse idioma caiu de 425 em 1960 para 381 em 1985. Embora o número total de publicações tenha aumentado, o bielorrusso caiu de 27% de todas as publicações para apenas 11%. Mais tarde, em 1989, a língua seria classificada como a que possui a taxa de retenção mais baixa entre as línguas titulares de uma República da União, dados de Grenoble (2003) revelam 70,9%, naquele ano. Para fins de comparação, o ucraniano contava com uma taxa de assimilação um pouco maior, 81,8% em 1989.

Em síntese, entre 1953 e 1991, o discurso da “amizade dos povos” legitimou a centralização linguística sob a aparência de diversidade harmônica. A política soviética de bilinguismo e planificação constituiu, em essência, uma continuidade ideológica do projeto imperial, reformulado em termos socialistas, no qual o russo não era somente uma língua de comunicação, mas o próprio idioma do poder. Para evidenciar a distribuição da competência

em russo no fim do período soviético, a Tabela 3 consolida falantes nativos (L1) e os que possuem a segunda língua (L2) do idioma, por etnia (Censo de 1989, Demoscope).

Tabela 3 – Falantes de russo por etnia (1989)

Etnia	Total (mil)	L1 russo (mil)	L2 russo (mil)	Total falantes (mil)	L1 (%)	L2 (%)	Cobertura (%)
Russos	145155	144836	219	145155	99,8	0,2	100,0
Ucranianos	44186	8309	24820	33128	18,8	56,2	75,0
Uzbeques	16698	120	3981	4100	0,7	23,8	24,6
Bielorrussos	10036	2862	5487	8349	28,5	54,7	83,2
Cazaques	8136	183	4917	5100	2,2	60,4	62,7
Azerbaijanos	6770	113	2325	2439	1,7	34,3	36,0
Tártaros	6649	1068	4706	5774	16,1	70,8	86,8
Armênios	4623	352	2178	2530	7,6	47,1	54,7
Tajiques	4215	35	1166	1200	0,8	27,7	28,5
Georgianos	3981	66	1316	1382	1,7	33,1	34,7
Moldovos	3352	249	1805	2054	7,4	53,8	61,3
Lituanos	3067	55	1163	1218	1,8	37,9	39,7
Turcomenos	2729	27	757	783	1,0	27,7	28,7
Quirguizes	2529	15	890	905	0,6	35,2	35,8
Alemães	2039	1035	918	1953	50,8	45,0	95,8
Tchuvaixes	1842	429	1199	1628	23,3	65,1	88,4
Letões	1459	73	940	1013	5,0	64,4	69,4
Bashkires	1449	162	1041	1203	11,2	71,8	83,0
Judeus	1378	1194	140	1334	86,6	10,1	96,7
Mordvinos	1154	377	722	1099	32,7	62,5	95,2
Poloneses	1126	323	495	817	28,6	43,9	72,6
Estonianos	1027	45	348	393	4,4	33,9	38,2
Outros	12140	1651	7479	9130	13,6	61,6	75,2
Total	285743	163898	68791	232689	57,4	24,1	81,4

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Censo demográfico de 1989 (tabela por Demoscope). Compilação a partir de “Languages of the Soviet Union — Distribution of Russian in 1989”.

Historicamente, o arranjo soviético não surgiu no vácuo, ele reelaborou um padrão de governo já ensaiado no Império. Conforme Kappeler (2001) e Weeks (1996; 2010), a centralidade administrativa do russo — primeiro como língua de trabalho, da justiça e da formação de quadros técnicos e administrativos — foi sendo construída em meio a respostas regionais assimétricas, que oscilaram de medidas administrativas e fiscais a proibições explícitas nas fronteiras ocidentais (Thaden, 1981; Pavlenko, 2011). No caso ucraniano, Danylenko e Naienko (2019) mostram que, as primeiras estratégias institucionais, como a Circular de Valuev (1863) e o *Ukaz* de Ems (1876) prolongaram um regime de restrição pública ao idioma ucraniano, antecipando, conforme exemplo, uma lógica de hierarquização linguística que a era soviética, depois, sistematizaria. A partir de 1917, como analisam

Grenoble (2003) e Martin (2001), a *korenizatsiya* institucionalizou línguas e elites locais, mas a virada de 1938 e as reformas educacionais das décadas seguintes consolidaram um bilinguismo assimétrico, no qual o russo se converteu em requisito de mobilidade e de autoridade. Silver (1974b) e Dietrich (2005) evidenciam que essa engenharia sociolinguística, apoiada nas escolas, currículos e credenciais, produziu efeitos cumulativos, sobretudo nas redes urbanas e técnico-científicas. Após o colapso da URSS, portanto, o ponto de partida não foi um “*zero point*” de política linguística, e sim um sólido legado normativo-institucional, herdado de práticas imperiais e reformulado pelo planejamento soviético, que moldou preferências, infraestruturas e incentivos. É a partir desse legado — e das estratégias estatais e societais que o contestam, reaproveitam ou reconfiguram — que se compreendem as continuidades e rupturas do período pós-1991, analisadas no próximo capítulo.

4. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LÍNGUA RUSSA NO ESPAÇO PÓS-SOVIÉTICO (1991–2014)

4.1 CONTINUIDADE E RUPTURA NA POLÍTICA LINGUÍSTICA DA RÚSSIA APÓS 1991

O colapso da União Soviética, em 1991, redefiniu não somente os contornos geopolíticos do espaço eurasiático, mas também os regimes de gestão simbólica e linguística herdados da era socialista. A desintegração do sistema soviético produziu uma situação inédita: quatorze das quinze repúblicas federadas tornaram-se Estados independentes, dotados de soberania legal e aspirantes à formulação de identidades nacionais autônomas. Nesse novo cenário, a língua russa, até então veículo de centralização administrativa e de mobilidade social em toda a URSS, perdeu sua função estatal, supraétnica e supranacional, e passou a competir com os idiomas locais por espaço institucional e prestígio simbólico. Pavlenko (2008a) interpreta essa transformação como um fenômeno sem precedentes:

A dissolução da URSS em 1991 criou condições para um experimento sociolinguístico único, no qual 14 países previamente unidos pela mesma língua e sistema político puderam renegociar esse desequilíbrio linguístico, fortalecer o *status* das línguas titulares e tirar a rede de segurança debaixo dos pés dos falantes monolíngues de russo, impondo novos regimes linguísticos no processo de construção de novos estados-nação. (Pavlenko, 2008a, p. 276, tradução nossa).³³

³³ The dissolution of the USSR in 1991 has created conditions for a unique sociolinguistic experiment, in which 14 countries previously united by the same language and political system could renegotiate this linguistic imbalance, strengthen the status of titular languages and snatch the safety net from under the feet of monolingual

Essa ruptura inicial marcou o início de um processo de redefinição simbólica: o idioma russo deixou de representar a unidade socialista e passou a ser associado a um passado de dominação, enquanto os novos governos tratavam a política linguística como instrumento de soberania e reconstrução nacional. Em termos bourdieusianos, o campo linguístico foi reconfigurado: o russo, que havia acumulado capital simbólico como língua legítima do poder, passou a disputar espaço em mercados linguísticos recém-constituídos, onde as línguas nacionais foram revalorizadas como expressão de um novo habitus identitário (Bourdieu, 1991).

Em diversas constituições aprovadas ainda na década de 1990, as línguas nacionais foram reconhecidas como individuais, simbolizando autonomia e soberania estatal, enquanto o russo, conforme mencionado, perdeu o *status* jurídico de comunicação interétnica. Semelhante à Ucrânia e Moldávia, como alude Pavlenko (2008a) nos três Países Bálticos (Lituânia, Letônia e Estônia), por exemplo, o processo de redefinição linguística ocorreu logo após 1991, quando os novos governos independentes implementaram legislações que proclamaram o monolingüismo de Estado como princípio fundamental, rompendo com o pluralismo soviético e afirmando suas línguas titulares como oficiais.

Na Letônia, inclusive, ascendeu, após a promulgação da “Lei de 12 de abril de 1995”, uma nova categoria especial de apátridas, os chamados “não cidadãos” (*nepilsoņi*) — uma vez que a naturalização passou a exigir comprovação de proficiência em letão, o que restringiu o acesso de parte dos russófonos à cidadania (Arutyunova, 2012). A autora ainda colabora, informando que essa orientação também se refletiu na Estônia, onde foi criada, ainda em 1990, a Inspeção Linguística (*Keeleinspeksioon*), encarregada de fiscalizar o uso do estoniano em instituições públicas, consolidando o controle estatal sobre o idioma nacional.

Por outro lado, nota-se que essa redefinição jurídica, ao mesmo tempo em que consolidava novos Estados nacionais, gerava tensões sociais e culturais com as comunidades russófonas, que se viam deslocadas de sua antiga posição dominante e submetidas às políticas de adaptação linguística. Ou seja, a ruptura política de 1991 não eliminou essas estruturas de poder simbólico acumuladas sob o regime socialista. Ao contrário, boa parte dos novos Estados herdou, do período soviético, uma elite administrativa e educacional fortemente

Russian speakers, imposing new linguistic regimes in the process of building new nation-states. (Pavlenko, 2008a, p. 276).

russófono, o que assegurou ao idioma um prestígio funcional e cultural que resistiu à mudança institucional.

Essa permanência dialoga com o conceito de Imperialismo Linguístico formulado por Phillipson (1992), segundo o qual a dominação de uma língua sobre outras ocorre por meio de instituições e normas que reproduzem hierarquias sociais e culturais. Mesmo desprovido de posição legal em muitos contextos, o russo continuou a operar como veículo de poder simbólico, assegurando acesso a posições sociais estratégicas, sobretudo em centros urbanos e setores técnicos. Em 1995, em Belarus, Pavlenko (2008b) nos traz que, o recém-eleito presidente Aleksandr Lukashenko propôs um referendo que solicitava aos participantes que respondessem se concordariam em conceder à língua russa o mesmo estatuto que o bielorrusso. “A maioria (83,3%) votou para tornar o russo a segunda língua oficial, e, segundo a autora, a Constituição ainda foi revista, em 1996, para acomodar essa revisão. Como resultado, os pais tiveram a liberdade de escolher o idioma de escolaridade dos seus filhos, e a maioria optou pelas escolas russas.” (Pavlenko 2008b, p.60, tradução nossa).³⁴

Ainda segundo a autora, o russo também domina o sistema educacional. Dados de 2005/2006 apontam que 77% dos estudantes do ensino secundário no país frequentavam escolas russófonas, enquanto isso, o número de escolas em língua bielorrussa continuava a cair: “Os estabelecimentos de ensino superior funcionam exclusiva ou predominantemente em russo e, no ano 2005/2006, 54% dos alunos estudaram exclusivamente em russo, 44% em ambas as línguas e apenas 2% em bielorrusso.” (Giger and Sloboda, 2008, *apud* Pavlenko, 2008b, p. 61, tradução nossa).³⁵

Em concordância com Pavlenko (2008b), as políticas de desrussificação implementadas em várias ex-Repúblicas nas décadas de 1990 e 2000 foram “agressivas” no plano normativo, mas desiguais em seus resultados. A autora descreve um “[...] curso agressivo de desrussificação, substituindo o russo pelas línguas titulares na esfera pública, e em particular no governo, administração, legislação, documentação oficial, ensino secundário e superior, ciência, tecnologia e mídia” (Pavlenko, 2008b, p. 65, tradução nossa).³⁶ No entanto, essas reformas encontraram resistências estruturais: em países como a Ucrânia,

³⁴ “The majority of the voters (83.3%) voted to make Russian the second state language, and the Constitution was revised in 1996 to accommodate that revision (for detailed discussion see Brown 2005; Korjakov 2002; Zaprudski 2002). As a result of these changes, parents were given a free choice of language for schooling, and the majority opted for Russian schools.” (Pavlenko 2008b, p.60).

³⁵ “Higher education establishments function either exclusively or predominantly in Russian, and in the year 2005/2006, 54% of the students studied exclusively in Russian, 44% in both languages, and only 2% in Belarusian” (Giger and Sloboda, 2008, *apud* Pavlenko, 2008b, p. 61).

³⁶ “[...] aggressive derussification course, replacing Russian with titular languages in the public sphere, and in particular in government, administration, legislation, official documentation, secondary and higher education, science, technology, and the media” (Pavlenko, 200b, p. 65).

Belarus e Cazaquistão, a predominância histórica do russo no ensino superior, na mídia e no aparato estatal dificultou sua substituição imediata. O idioma permaneceu como língua de mobilidade social, de prestígio e de acesso às redes científicas e técnicas, o que explica a persistência do bilinguismo e da intercompreensão russa em todo o espaço pós-soviético. O mesmo pode ser afirmado em relação à Ásia Central, como sintetiza Dietrich (2005), lá, “[...] em particular, (o russo) é a língua da força de trabalho russa qualificada e continua sendo a língua de instrução para ciência e tecnologia, fato que lhe confere considerável prestígio em relação às línguas locais.” (Dietrich, 2005, p. 16, tradução nossa).³⁷ As principais medidas de desrussificação podem ser sintetizadas na Tabela 4, que ilustra a diversidade de respostas institucionais e jurídicas implementadas nas ex-repúblicas soviéticas nas décadas de 1990 e 2000.

Tabela 4 – Políticas de desrussificação e afirmação das línguas nacionais: Medidas e efeitos (1991–2000)

País / Região	Período principal	Medidas adotadas	Efeitos e consequências
Países Bálticos	Após 1991	Instituíram monolinguismo de Estado e criaram mecanismos de controle linguístico, como a Inspeção Linguística da Estônia (1990) e a categoria dos “ não cidadãos ” na Letônia (1995) (Arutyunova, 2012; Pavlenko, 2008a).	Afirmação das línguas nacionais; exclusão parcial dos russófonos do processo de naturalização.
Moldávia / Transnístria	1989–2007	Lei da Língua de 1989 declarou o moldavo como oficial, gerando resistência e conflito na Transnístria (Pavlenko, 2008a).	Secessão da Transnístria; persistência do russo como língua dominante regional.
Geórgia / Abecásia	Pós-1991	Substituição do russo por línguas nacionais e posterior reconhecimento constitucional do bilinguismo abecásio-russo (Arutyunova, 2012).	Reforço das identidades locais e dependência do russo nas instituições públicas.
Azerbaijão	2002	Tornou o azerbaijano obrigatório nos atos oficiais e administrativos (Dietrich, 2005).	Desrussificação institucional e fortalecimento do idioma nacional.
Turcomenistão	1990–2006	Implementou monolinguismo estatal e encerrou o ensino em russo (Arutyunova, 2012).	Ruptura completa com o legado soviético; isolamento linguístico e cultural.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Arutyunova (2012), Dietrich, 2005 e Pavlenko (2008a; 2008b)

³⁷ “[...] in particular, it is the language of the skilled Russian workforce and remains the language of instruction for science and technology, a fact which gives it considerable prestige over the local languages.” (Dietrich, 2005, p. 16).

Ao longo dos anos 1990, as políticas linguísticas tornaram-se um marcador central de soberania política e, em muitos casos, de conflito interno. Em estados como a Moldávia e a Geórgia, a substituição do russo por línguas nacionais. A Moldávia exemplifica claramente essa dinâmica. A Lei da Língua de 1989 declarou o moldavo como a única língua oficial do país, promovendo seu uso na educação e na administração pública, o que provocou resistência na região de Transnístria, majoritariamente russófona. Pavlenko (2008b) observa que, no primeiro, a situação não foi tão pacífica, e que as medidas de desrussificação acabaram levando a um conflito militar e também à secessão. A autora detalha que, após os confrontos armados de 1991 e 1992, a região consolidou a autoproclamada República da Transnístria, onde o russo permaneceu como idioma dominante e símbolo de autonomia em relação a Chisinau, capital da Moldávia. Pavlenko (2008b) nota também que o governo comunista moldavo de Vladimir Voronin, eleito em 2001, chegou a propor o reconhecimento do russo como segunda língua oficial, mas o projeto foi abandonado diante da forte oposição pública. Além disso, posteriormente, segundo ela, os dados educacionais de 2006/2007 revelam que “[...] 80% das escolas da Moldávia (excluindo a Transnístria) ofereciam ensino em moldavo e 20% em russo, e que 68,3% dos universitários estudavam em moldavo e 28,4% em russo, confirmando o declínio gradual do domínio do idioma russo” (Pavlenko, 2008b, p. 63, tradução nossa).³⁸ Ela complementa ainda que, embora o russo continue a ser predominante na Transnístria, a tendência geral é de fortalecimento do moldavo como língua de Estado e de identidade nacional.

Situação semelhante no âmbito de tensões linguísticas ocorreu no Cáucaso, onde o afastamento do russo das instituições e da administração pública foi acompanhado de tentativas locais de preservar o bilinguismo. Arutyunova (2012) registra que “no Artigo 6º da Constituição da Abecásia, afirma-se que a língua estatal do país é o abecásio, enquanto a língua russa, juntamente com o abecásio, é reconhecida como a língua das instituições estatais e outras” (Arutyunova (2012, p. 166, tradução nossa).³⁹ Essa disposição reflete a permanência do bilinguismo institucional como tentativa de conciliar a afirmação identitária local com a dependência política e cultural em relação a Moscou.

³⁸ “[...] 80% of secondary schools in Moldova (with the exception of Transnistria) offered education in Moldovan, and 20% in Russian. Among college and university students, 68.3% study in Moldovan-language groups, while 28.4% are in Russian-language groups.” (Pavlenko, 2008b, p. 63).

³⁹ “V 6-i stat'e Konstitutsii Abkhazii ukazano, chto gosudarstvennym iazykom strany iavliaetsia abkhazskii, v to vremia kak «russkii iazyk naryady s abkhazskim priznaetsia iazykom gosudarstvennykh i drugikh uchrezhdenii».” (Arutyunova, 2012, p. 166)

Na Ásia Central, conforme Pavlenko (2008a), entre 1989 e 1990, os cinco países — Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão — declararam as línguas nacionais como únicas línguas estatais, mantendo o russo como idioma de comunicação interétnica. A partir de 1991, os novos regimes começaram a aplicar essas leis. Durante a década de 1990, ocorreram modificações: o Uzbequistão reduziu o *status* do russo ao de língua minoritária (1995), enquanto o Cazaquistão (1995) e, posteriormente, o Quirguistão (2000) concederam ao russo o estatuto de língua oficial do país.

As reformas linguísticas assumiram uma dimensão simbólica ainda mais profunda com a substituição do alfabeto cirílico pelo latino, nas Repúblicas do Azerbaijão, Uzbequistão e Turcomenistão. Pavlenko (2008b) interpreta essas reformas como parte de um projeto político de distanciamento da influência russa, e, do mesmo modo, Dietrich (2005) informa que, no Azerbaijão, a nova lei aprovada em 2002 passou a exigir que todos os negócios governamentais fossem realizados em azerbaijano, evidenciando a tentativa de marginalizar o russo nas instituições públicas.

No caso do Uzbequistão, Arutyunova (2012) relata que, diferentemente da Geórgia e do Azerbaijão, a política externa do Uzbequistão não possui uma orientação pró-Occidente: “[...] de modo que jovens e moradores urbanos ainda estudam russo ativamente (mais de 80% dos estudantes são fluentes e mais de 40% o identificam como língua materna), o que se deve, em grande parte, às vastas oportunidades sociais e de carreira que se abrem na Rússia. (Arutyunova, 2012, p.168, tradução nossa)⁴⁰ No Turcomenistão, o regime do presidente Saparmurat Niyazov (1990–2006) levou adiante uma política de monolinguismo estatal, eliminando o ensino do russo e fechando escolas russas (Arutyunova, 2012).

A Lei Federal n.º 53-FZ, de 1º de junho de 2005, intitulada “Sobre a Língua Estatal da Federação Russa”, consolidou, juridicamente, o papel do idioma como pilar da política linguística russa no período pós-soviético. A norma regulamentou as disposições da Constituição de 1993 e impôs ao Estado a responsabilidade pelo funcionamento e difusão do russo em todo o território nacional (Arutyunova, 2012). Em seu aspecto externo, a lei determinou que a Federação Russa deveria promover o estudo do idioma fora de suas fronteiras, transformando-o em instrumento de *soft power* e de influência geopolítica sobre o chamado “estrangeiro próximo” (Martins Viana, 2019). Nota-se, por exemplo, conforme

⁴⁰ [...] поëтому молoдeж' и горо́дское население все eше активно изучаю́т русский язы́к (более 80% студентов владею́т им и более 40% о́пределяю́т в качестве родного), что не в последню́ю о́черед' связа́но с бо́льшими социаль'но-карьерными перспективами, открываю́щимися в Росси́и. (Arutyunova, 2012, p.168)

Arutyunova (2012) que essa promoção ativa do idioma no exterior está ligada à política de manutenção da influência russa na Comunidade de Estados Independentes (CEI)⁴¹.

A promulgação dessa Lei, em 2005, refletiu a recente centralização política do governo Putin (iniciada após 2000), com reformas educacionais que visaram diminuir o papel das regiões e priorizar padrões uniformes. O idioma consolidou-se, então, como requisito central para a integração social e o ingresso no ensino superior, especialmente por meio do Exame Estatal Unificado (EGE)⁴², aplicado exclusivamente em russo e utilizado como um instrumento acadêmico de padronização linguístico de longo prazo.

Introduzido em 2001 e tornado obrigatório em 2009, o EGE representa o principal mecanismo de acesso ao ensino superior na Federação Russa. O exame é condição indispensável para a obtenção do diploma escolar e para o ingresso em universidades e faculdades profissionalizantes (Russia-Education, s.d.). Segundo Andrei Shumelev (2019), do *Higher Education Discovery*, entre todas as disciplinas, o exame de língua russa é o que possui o peso mais determinante, ou seja, exige a maior pontuação mínima entre todas. São exigidos no mínimo 24 pontos para concluir o ensino médio e 36 para a admissão universitária, valores estes superiores aos de outras áreas do conhecimento, como Matemática (27) e História (32). Embora algumas matérias, como Ciências Sociais (42) e Geografia (37), tenham exigências semelhantes ou ligeiramente superiores, o exame de língua russa mantém caráter obrigatório e central, sendo o único exigido universalmente para todos os estudantes, o que o torna o componente de maior peso estrutural do sistema.

Essa estrutura educacional elevou o *status* do idioma e estimulou a assimilação linguística nas repúblicas nacionais, levando jovens e elites instruídas a priorizar o russo como língua de mobilidade social. Paralelamente, conforme Krouglov (2022), o predomínio do idioma nas universidades e nas instituições federais contribuiu para a gradual

⁴¹ *Commonwealth of Independent States (CIS)*. Criada em 8 de dezembro de 1991, em Minsk, Belarus, a partir do Acordo sobre o Estabelecimento da Comunidade dos Estados Independentes, assinado por Belarus, Rússia e Ucrânia. A CEI surgiu após a dissolução da URSS, visando promover, especialmente, a cooperação política, econômica, ambiental, humanitária, cultural, entre as ex-repúblicas soviéticas. Atualmente conta com nove membros plenos: Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Uzbequistão e Turcomenistão. Geórgia e Ucrânia retiraram-se formalmente. A organização surgiu após o colapso da URSS para preservar vínculos políticos e econômicos entre as antigas repúblicas soviéticas. Em 2011, foi criada uma zona de livre comércio multilateral, e em 2022, sob presidência do Cazaquistão, foi aprovada a criação de uma organização internacional voltada à promoção do idioma russo sob sua égide. Fonte: Ministério das Relações Exteriores da República de Belarus (2022). Disponível em <<https://mfa.gov.by/en/multilateral/organization/list/c2bd4cebdf6bd9f9.html>>.

⁴² *Edinyi gosudarstvennyi ekzamen (EGE)* ou *Unified State Exam (USE)*. Para mais detalhes, acessar: <<https://www.russia-education.info/tests/unified-state-exam-in-russia.html>>. Sua realização exclusivamente em língua russa reforça o papel do idioma como critério de mobilidade educacional e social no período pós-soviético. Nas repúblicas nacionais, o EGE impõe a necessidade de elevada proficiência em russo, uma vez que o idioma é o único de instrução no ensino superior.

“folclorização” das línguas minoritárias, restringindo-as a contextos culturais ou cerimoniais. Ainda conforme o autor, houve resistência em regiões como Tartaristão, Bashkortostão e Iacútia (República de Sakha), cujos representantes protestaram contra as medidas federais de Vladimir Putin anunciadas em 2017, que tornaram opcional o ensino das línguas locais. Assim, no ano de 2018, o papel do idioma nacional como eixo de coesão interna e projeção do *soft power* russo, foi reforçado, restringindo ainda mais o espaço de reprodução das línguas regionais, como declara Krouglov (2022):

A Duma Estatal da Rússia considerou a política anunciada por Vladimir Putin em 2017, que visava a introdução do estudo voluntário de línguas minoritárias, mantendo o russo como língua obrigatória no sistema educacional em todo o país. Como resultado desse debate, a Duma russa adotou emendas à Lei Federal de Educação em 2018 que “efetivamente bloquearam a opção das repúblicas de exigir o estudo obrigatório de línguas regionais, ao mesmo tempo que fortaleceram o papel da língua russa” (Jankiewicz *et al.*, 2020, p. 61 *apud* Krouglov, 2022, p. 425).⁴³

Dito isso, a consolidação do russo como instrumento de integração e poder simbólico pode ser observada na Tabela 5, que sintetiza as medidas de manutenção e expansão do idioma nas repúblicas pós-soviéticas e na própria Federação Russa entre 2000 e 2018.

Tabela 5 – Continuidade do russo como língua de poder e integração (2000–2018)

País	Período principal	Medidas adotadas	Efeitos e consequências
Belarus	1995–2006	Referendo de 1995 restaurou o russo como língua estatal; maioria das escolas seguiu modelo russófono (Pavlenko, 2008a).	Bilinguismo institucional; continuidade simbólica e cultural do russo.
Cazaquistão	1990–2010	Tentativas de valorização das línguas locais, mas o russo manteve prestígio como língua da ciência e da administração (Dietrich, 2005; Pavlenko, 2008a).	Bilinguismo funcional; russo como capital linguístico e técnico.
Uzbequistão	1995–2008	Retirou o status administrativo do russo, mas manteve-o no ensino técnico e superior (Pavlenko, 2008b).	Dependência educacional e profissional do russo; 80% dos alunos dominavam o idioma.

⁴³ The Russian State Duma considered Vladimir Putin’s policy announced in 2017, which aimed at the introduction of the voluntary study of minority languages while preserving Russian as a compulsory language in the system of education across the country. As a result of this debate, the Russian Duma adopted amendments to the Federal Law on Education in 2018 which ‘effectively blocked the option for the republics to require a compulsory study of regional languages, while also strengthening the role of the Russian language’ (Jankiewicz *et al.*, 2020, p. 61 *apud* Krouglov, 2022, p. 425).

Federação Russa	2000–2018	Lei n.º 53-FZ (2005): consolidou o russo como idioma estatal e instrumento de política externa; Exame Estatal Unificado (EGE): obrigatório e aplicado somente em russo (Shumelev, 2019); Reformas de 2017–2018: tornaram facultativo o ensino das línguas regionais (Krouglov, 2022; Jankiewicz et al., 2020).	Centralização e padronização linguística; consolidação do russo como eixo de coesão nacional e soft power regional.
-----------------	-----------	---	---

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Dietrich (2005), Jankiewicz *et al.* (2020) *apud* Krouglov (2022), Pavlenko (2008a) e Shumelev (2019)

Em síntese, o cenário linguístico pós-1991 revela uma coexistência entre ruptura e continuidade. As línguas nacionais consolidaram-se como símbolos de soberania, mas o russo manteve prestígio e função central como capital cultural e instrumento de poder simbólico (Bourdieu, 1991). Longe de desaparecer, o idioma se reconfigurou entre 1991 e 2014 como componente essencial de uma geopolítica linguística em disputa, na qual a linguagem permanece eixo de poder e identidade regional.

4.2 O IDIOMA RUSSO COMO FERRAMENTA DE INFLUÊNCIA REGIONAL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SOFT POWER

O conceito de *Russkiy Mir* ganhou centralidade na retórica do Kremlin nos anos 2000, sobretudo após a criação da Fundação *Russkiy Mir* em 2007. A partir de Marlene Laruelle (2015, pode-se definir o *ideal* como uma espécie de comunidade global unida pela língua russa, pela ortodoxia e por uma herança histórica compartilhada. A força desse conceito reside justamente na sua ambiguidade estrutural: ao mesmo tempo em que pode ser apresentado como projeto cultural destinado a apoiar comunidades russófonas no exterior, funciona como enquadramento político que permite ao Estado russo reivindicar uma esfera de responsabilidade especial sobre indivíduos e territórios ligados à língua e à memória histórica russa.

Essa plasticidade permite que o *Russkiy Mir* opere como gramática de pertença transnacional. A língua russa, articulada com narrativas de continuidade histórica e referências religiosas, converte-se em marcador político-civilizacional: quem partilha desse repertório é simbolicamente reinscrito num espaço que ultrapassa as fronteiras jurídicas da Federação Russa. Laruelle (2015) observa que o conceito fornece um repertório particularmente poderoso ao projetar um atlas mental difuso em que diferentes regiões e

vínculos com a Rússia são organizados de forma flexível, e que essa indefinição é precisamente o que permite sua mobilização conforme os interesses estratégicos de Moscou. Essa lógica é visível, por exemplo, quando o Kremlin invoca a existência de uma “nação dividida” e o dever de “restaurar a unidade” do *Russkiy Mir* para justificar ações como a anexação da Crimeia em 2014. Jilge (2016) registra que “O presidente Vladimir Putin justificou a anexação da Crimeia evocando o conceito de um ‘Mundo Russo’ (*Russkiy Mir*) [...] e a ‘aspiração do mundo russo [...] pela restauração da unidade’” (Jilge, 2016, p. 479, tradução nossa).⁴⁴

Em conjunto, as leituras de Laruelle, Jilge, Meienberger, Feklyunina e Koval et al.¹⁶ permitem delimitar 2014 como ponto de inflexão analítico do conceito. Jilge (2016) demonstra que a anexação da Crimeia foi justificada explicitamente em nome do *Russkiy Mir* e da “restauração da unidade”; Meienberger (2023) mostra que o termo passa, após a crise ucraniana de 2013–2014, a estruturar discursos científicos e políticos como rótulo de um projeto conservador e irredentista, ao mesmo tempo em que, na Ucrânia, a cultura e a língua russas passam a ser percebidas como ameaça à unidade nacional; Kosachev (2014) *apud* Koval et al., (2022) reconhece, nesse contexto, que a confiança russa na proximidade cultural e linguística “por si só” foi superada pelo investimento ocidental em redes locais; e os dados compilados por Koval et al. (2022) sobre a queda do número de aprendizes de russo ajudam a evidenciar o desgaste desse instrumento de influência. Longe de indicar o fim do papel regional do idioma, esse conjunto de evidências demonstra que, a partir de 2014, o *Russkiy Mir* passa a ser cada vez mais lido como enquadramento coercitivo, tensionando a capacidade da língua russa de funcionar como recurso legítimo de atração.

A base ideológica desse enquadramento remete ao eurasianismo clássico e à sua reelaboração pós-soviética. O movimento original, formulado por emigrados como Pëtr Savitsky e Nikolay Trubetzkoy na década de 1920, apresentava a Rússia como uma civilização específica, situada entre Europa e Ásia, defensora de uma “terceira via” que rejeitava tanto o materialismo ocidental quanto a submissão à Europa como centro (Laruelle, 2008). No pós-1991, Aleksandr Dugin reinterpreta esse legado e constrói o chamado neo-eurasianismo, que transforma o eurasianismo em doutrina geopolítica de confronto com o Ocidente liberal. Em sua formulação, o Ocidente moderno é descrito como “anomalia histórica” materialista e secular, enquanto a Rússia encarna uma missão espiritual e

⁴⁴ “President Vladimir Putin justified the annexation of Crimea by evoking the concept of a ‘Russian World’ (*Russkiy Mir*) [...] and the ‘aspiration of the Russian world [...] for the restoration of unity’” (Jilge, 2016, p. 479).

civilizacional; o “cosmos” eurasiático é “estruturado como uma linguagem”, tendo a língua russa como eixo de sentido e de unidade (Dugin, 2020).

Ao elevar a língua a mediação ontológica entre território, povo e ideia, essa visão naturaliza a centralidade do russo como idioma “portador” de uma verdade civilizacional particular, oferecendo um fundamento ideológico para a hierarquização linguística no espaço pós-soviético. Essas formulações dialogam com os referenciais de Joseph Nye, Pierre Bourdieu e Robert Phillipson. Como mencionado, Nye (2004) define o *soft power* como a capacidade de obter resultados desejados por meio da atração em vez da coerção ou de pagamentos, isto é, moldando preferências com base na atratividade da cultura, dos valores políticos e da política externa percebida como legítima (Nye, 2004). Bourdieu (1996) conceitua o poder simbólico como a capacidade de impor visões de mundo como legítimas, de modo que sejam reconhecidas e reproduzidas inclusive pelos dominados; a língua legítima, sancionada pelo Estado, torna-se parâmetro de valor para as demais. Phillipson (1992), por sua vez, descreve o imperialismo linguístico como a promoção sistemática de um idioma em detrimento do *status* e das funções de outros, através de instituições, currículos, formação docente e mídia.

A política russa para a língua no período 1991–2014 pode ser lida na interseção desses três eixos: o russo é apresentado como recurso de atração e herança cultural compartilhada (*soft power*), como língua legítima de acesso à educação, ciência e mercado regional (poder simbólico) e como idioma cuja centralidade é mantida por estruturas estatais e transnacionais (imperialismo linguístico). A Lei Federal n.º 53-FZ, de 1º de junho de 2005, é decisiva: o conteúdo estabelece que o Estado deve garantir o funcionamento do russo como língua oficial em todo o território da Federação e fomentar o estudo da língua russa fora da Federação Russa (Arutyunova, 2012). O idioma é consagrado, assim, como objeto de proteção interna e promoção externa, articulando política linguística doméstica e estratégia de influência regional.

Esse marco legal é acompanhado pela criação de duas estruturas centrais: a Fundação *Russkiy Mir* (2007) e a agência federal *Rossostrudnichestvo* (2008), subordinada ao Ministério das Relações Exteriores. A Fundação *Russkiy Mir* financia centros de língua russa, bibliotecas, cátedras, olimpíadas, concursos e materiais didáticos, moldando uma comunidade simbólica do “Mundo Russo” em torno do idioma. O *Rossostrudnichestvo* constitui o braço institucional mais robusto do *soft power* russo. Criado pelo Decreto Presidencial n.º 1315 em 6 de setembro de 2008, logo após o conflito com a Geórgia, a agência herdou estruturas soviéticas como a VOKS e o RosZarubezhCentr, responsáveis por promover intercâmbios

culturais e educacionais (Koval et al., 2022). Sua missão foi reformulada para coordenar a rede de Centros Russos de Ciência e Cultura (CRSC), administrando cotas estatais de bolsas de estudo, programas de intercâmbio e iniciativas humanitárias. Além disso, conforme Koval et al. (2022) a agência “[...] responde ao Presidente da Rússia e opera sob a tutela do Ministério das Relações Exteriores russo, possuindo o melhor financiamento e abrangência geográfica entre todas as instituições de *soft power* da Rússia.” (Koval et al., 2022, p. 15, tradução nossa)⁴⁵

Além da dimensão educacional, o *Rossotrudnichestvo* opera como veículo estratégico de difusão da língua e da cultura russas no exterior, articulando-se com a ideologia do *Russkiy Mir*. A agência utiliza a língua como meio de consolidação de uma comunidade simbólica e instrumento de poder brando, reforçando laços identitários e políticos com as populações russófonas. Koval et al. (2022) destacam que “a promoção da língua russa no exterior é parte integrante das operações do *Rossotrudnichestvo*, abrangendo cursos de idioma, apoio a instituições estrangeiras e programas de capacitação docente voltados à criação de um espaço humanitário unido pela cultura e língua russas.” (Koval et al., 2022, p. 36, tradução nossa)⁴⁶

Ao articular ensino, diplomacia cultural e assistência a “compatriotas”, a agência transforma o idioma em ferramenta concreta de influência geopolítica. Seu papel como intermediário entre o Estado russo e as diásporas legitima a utilização do russo como canal de comunicação privilegiado e vetor de aproximação política. Koval et al. (2022) observam que a prioridade geográfica do *Rossotrudnichestvo* é o espaço pós-soviético, demonstrando a intenção russa de manter controle sobre sua vizinhança imediata.⁸⁰ Em síntese, a agência funciona como um instrumento híbrido: combina a promoção linguística e cultural (*soft power*) com práticas de reforço simbólico e político típicas do poder coercitivo, mostrando como a língua russa permanece central nas estratégias de influência regional da Federação Russa.

Outrossim, Koval et al. (2022) mostram que, conforme dados de 2021, a agência “[...] está presente em 80 países, por meio de 97 escritórios, incluindo 73 centros russos de ciência e cultura em 62 países e 24 representantes com embaixadas em 21 países.” (Koval et al., 2022, p. 24, tradução nossa)⁴⁷ Ainda conforme os autores, em 2020/2021, as cotas para

^{45cc} “[...] which reports to the President of Russia and operates under the Russian Ministry of Foreign Affairs, has the best funding and geographic coverage out of all Russia’s soft power institutions.” (Koval et al., 2022, p. 15).

⁴⁶ “Promoting the Russian language abroad is an integral part of *Rossotrudnichestvo*’s operations. It encompasses a vast array of events, such as Russian language courses at Russian Houses; assistance with the opening of affiliate organisations, preparatory sections and departments of Russian educational facilities in foreign universities.” (Koval et al., 2022, p. 36)

⁴⁷ *Rossotrudnichestvo* is present in 80 countries through 97 offices, including 73 Russian centres of science and culture in 62 countries and 24 representatives with embassies in 21 countries. (Koval et al., 2022, p. 24);

das ferramentas. Meister, citado por Koval et al. (2022), observa que, para a liderança russa, o *soft power* significa, sobretudo, a utilização de instrumentos não-militares para manipular, minar e enfraquecer oponentes (um suplemento ao poder militar de Moscou). Esse entendimento aproxima-se da noção de *sharp power*, isto é, o uso de recursos culturais e informacionais para penetrar, distorcer ou restringir o ambiente informacional e o debate público de outros países, sob aparência de intercâmbio ou diálogo.

Nesse contexto, a mídia internacional russa cumpre função estratégica. Conforme Laruelle (2015), a Rússia investiu significativamente na criação e expansão de veículos como o canal em inglês *Russia Today* (posteriormente RT) e projetos como *Russia Beyond the Headlines*, voltados a audiências estrangeiras. Esses meios operam paralelamente à rede russófona, oferecendo uma narrativa alternativa sobre a Rússia, a ordem internacional e os conflitos regionais, e articulando-se com a agenda do *Russkiy Mir*. Estudos como os de Glazunova et al. (2023) caracterizam a RT como parte de um aparato de influência informacional que combina elementos de *soft power* (visibilidade cultural, presença midiática) com práticas de *sharp power* (seleção e enquadramento estratégicos, questionamento sistemático de fontes ocidentais). No plano linguístico, o russo segue desempenhando papel central como língua de produção e circulação de conteúdos destinados aos públicos do espaço pós-soviético, enquanto outros idiomas ampliam o alcance global dessa narrativa.

Ao mesmo tempo, a eficácia desse arranjo encontra limites claros. Processos de desrussificação educacional e administrativa nos Bálticos, na Ucrânia e em parte do Cáucaso e da Ásia Central reduziram o espaço institucional do russo como língua de instrução e de poder público; o inglês fortaleceu-se como idioma preferencial de negócios, ciência e integração euro-atlântica; e reformas de política linguística redefiniram os critérios de prestígio e mobilidade. Os próprios dados compilados por Kozlovtseva e Tolstova (2019) e por Koval et al. (2022) indicam declínio no número de aprendizes de russo no mundo em comparação com o período soviético, sugerindo erosão da base social do *Russkiy Mir*, apesar da expansão institucional.

À luz de Bourdieu, o russo permanece língua dotada de forte capital simbólico em diversos campos (educação superior, ciência, burocracias regionais), mas esse capital passa a ser contestado por políticas nacionais que buscam recompor mercados linguísticos próprios. Com base em Phillipson, identifica-se que o projeto russo de manter a centralidade funcional do idioma enfrenta contra-estruturas institucionais, como a competição global com o caráter *lingua franca* do inglês, isto é, a tentativa de sustentar um imperialismo linguístico regional esbarra na perda relativa de legitimidade. A articulação entre *soft power*, poder simbólico e

imperialismo linguístico, no caso russo, revela-se, assim, intrinsecamente ambígua: combina incentivos, redes culturais e oportunidades concretas com narrativas civilizacionais que, em contextos de conflito, servem também para justificar pressões políticas e intervenções.

4.3 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LÍNGUA RUSSA E O PONTO DE RUPTURA NA UCRÂNIA (1991–2014)

A passagem da dimensão “interna” (4.1) para a “externa” (4.2) mostrou como o *status* do russo, reconstruído e institucionalizado na Federação Russa, é projetado para além de suas fronteiras por meio de políticas culturais, educacionais e midiáticas. Aqui, aprofunda-se a dimensão simbólica desse processo: a língua como elo identitário que, ao mesmo tempo, integra e hierarquiza, funcionando como matriz de pertencimento e instrumento de classificação social nos diferentes mercados linguísticos do espaço pós-soviético. Conforme Bourdieu (1989), o idioma legítimo se imbrica ao Estado e às instituições, naturalizando-se como padrão de correção e como porta de entrada a esferas de prestígio. No pós-1991, esse mecanismo permaneceu ativo em diferentes graus: o russo continuou operante nos domínios de administração, ensino superior, direito e negócios, como mostram estudos comparativos sobre mercados urbanos e setores de elite. Não se trata apenas de inércia histórica, mas de um habitus linguístico herdado que orienta escolhas escolares e profissionais, sob a antecipação de sanções (ou recompensas) do mercado (Bourdieu, 1996).

Esse quadro explica por que, em casos como o Quirguistão e o Uzbequistão, a continuidade do russo assumiu trajetórias divergentes. No Quirguistão, a Lei “Sobre o idioma oficial da República Quirguiz”, de 12 de fevereiro de 2004 (*O gosudarstvennom âzyke Kyrgyzskoj Respubliki*) definiu o russo como língua oficial e estabeleceu a inadmissibilidade de “violiar os direitos e liberdades dos cidadãos com base na ignorância da língua estatal ou oficial” (Arutyunova, 2012, p. 164, tradução nossa)⁴⁹, protegendo sua funcionalidade administrativa e de mercado. Em contrapartida, no Uzbequistão, desde 1995 o uzbeque tornou-se a única língua da administração pública, e o conhecimento do uzbeque passou a ser requisito para o serviço estatal, fechando o caminho para o poder a não titulares (Arutyunova, 2012). Em contraste, no Cazaquistão, políticas de “kazakhização” buscaram reconfigurar o centro de gravidade simbólico, mas enfrentaram práticas laborais e educacionais que mantiveram o russo como língua de trabalho e de comunicação interétnica. Nas organizações

⁴⁹ «ušemleniâ prav i svobod graždan po priznaku neznaniâ gosudarstvennogo ili oficial'nogo âzyka» (Arutyunova, 2012, p. 169).

estatais e órgãos de autogoverno local, o russo é oficialmente usado de forma igualdade com o cazaque (Arutyunova, 2012).

A persistência desse capital linguístico não é homogênea. Nos Bálticos, marcos de idioma e cidadania sustentaram processos de desrussificação que reduziram o alcance público do russo no serviço estatal e na representação política (Arutyunova, 2012). Em contrapartida, na Ásia Central, o peso demográfico urbano russófono, a herança administrativa e a funcionalidade econômica preservaram o valor do russo nos setores de alto prestígio, notadamente no ensino superior e em mercados urbanos, apesar de agendas de nacionalização em curso (Dietrich, 2005; Arutyunova, 2012; Pavlenko, 2008).

Para efeitos ilustrativos, a moldura jurídica também foi usada para redefinir hierarquias linguísticas: na Geórgia, a Lei da Língua de 1995 reconheceu o georgiano como língua estatal (e o abecásio na Abecásia), estabelecendo o parâmetro legal para limitar a centralidade do russo no serviço público. Como registra Dietrich (2005), “A Geórgia adotou sua lei linguística em 1995. Essa lei reconhece dois idiomas oficiais: o georgiano, idioma oficial na Geórgia, e o abkházio, na região da Abkházia.” (Dietrich, 2005, p. 10, tradução nossa)⁵⁰.

A linguagem, contudo, não apenas agrega, também ordena. O mesmo dispositivo que produz coesão reforça distinções e indexa reputações. Na Ucrânia pós-1991, por exemplo, a persistência de estereótipos que associavam o russo à urbanidade e à alta cultura, enquanto marcavam o ucraniano como língua “rural”, funcionou como violência simbólica sobre o repertório nacional (Pavlenko, 2008; Wawrzonek, 2023). Em resposta, políticas educacionais elevaram o peso da escolarização em ucraniano, produzindo uma contra conduta linguística que revalorizou o idioma titular entre os mais jovens (Arutyunova, 2012).

Na Transnístria, a língua russa foi convertida em marcador institucional de separação, sustentando a emergência de uma identidade política distinta de Chisinau e legitimando a presença e o patrocínio russo na região (Küchler, 2008). Em termos simbólicos, o russo emergiu como um forte marcador de uma identidade cultural e política distinta e como uma poderosa ferramenta de separação da Moldávia. Ao proclamar um regime trilingue no papel, mas preservar a primazia do russo na administração e na vida pública, esse arranjo evidencia como a forma jurídica pode conviver com hierarquias de uso que, de fato, preservam a centralidade do capital linguístico russo.

⁵⁰ Georgia adopted its language law in 1995. This law recognises two official languages; the state language is Georgian in Georgia, and Abkhazian in the region of Abkhazia.” (Dietrich, 2005, p. 9).

No Cáucaso, a distribuição massiva de passaportes em Abkházia e Ossétia do Sul, somada ao discurso de proteção de “co-nacionais” e “co-linguistas”, codificou juridicamente pertenças e serviu de base retórica para intervenção (Littlefield, 2009; Bugajski, 2010). A mesma gramática de salvaguarda de falantes de russo reapareceu na Crimeia, onde tais argumentos foram mobilizados como justificativa político-jurídica para a incorporação (Allison, 2014; Bowring, 2014).

No plano discursivo, o apelo à proteção de falantes de russo foi explicitado no nível mais alto. Em 18 de março de 2014, o argumento foi publicamente formulado como defesa de “compatriotas” e de sua língua. Noack (2023) aponta que:

Vladimir Putin alertou que ‘nossos compatriotas, povo russo e pessoas de outras nacionalidades’ e sua ‘língua, história, cultura e direitos legais, garantidos entre outros, por convenções europeias’ estavam sendo ameaçados [...] É importante notar que o presidente russo ligou diretamente os compatriotas ao conceito de ‘Mundo Russo’.(Noack, 2023, p. 203, tradução nossa).⁵¹

Esses exemplos revelam que o elo simbólico produzido pela língua é relacional: integra, mas também separa; cria um “nós” expansível e, simultaneamente, delimita um “eles” interno. Por isso, o idioma russo, como dispositivo de pertencimento e distinção, pode operar tanto como fundamento de sociabilidade e confiança quanto como gatilho de contestação identitária.

No contexto do colapso soviético, na Ucrânia, a língua russa permaneceu indexado à urbanidade e à alta cultura, enquanto o ucraniano era frequentemente marcado como repertório rural e de baixa distinção (Pavlenko, 2008b). Em contrapartida, Wawrzonek (2023) demonstra que, o ucraniano, era referido como a “língua do kolkhoz” e o seu uso tornou-se um marcador de “provincialismo rural”. Trata-se de uma hierarquização simbólica típica de um mercado linguístico onde a língua legítima confere lucro de distinção e acesso a esferas de prestígio.

Contra esse legado, políticas educacionais de reversão operaram como contra conduta linguística. Entre 1991 e 2003, a participação das escolas com ensino em ucraniano cresce substancialmente, deslocando o balanço em favor do idioma titular Arutyunova (2012). A autora ainda registra que, em, 1991, o russo estava presente em 54% das escolas ucranianas, porém, em 2003 apenas em 23,9% das escolas. Segundo ela, a juventude se encontra, cada

⁵¹ Vladimir Putin warned that ‘our compatriots. Russian people and people of other nationalities’ and their ‘language, history, culture and legal rights, which are guaranteed among others by European conventions’ were threatened [and] directly connected the compatriots with the concept of the ‘Russian World’.” (Noack, 2023, p. 203).

vez mais, em uma situação onde o estudo da língua ucraniana se torna uma necessidade. (Arutyunova, 2012).

Mesmo assim, o uso do russo não implicou, automaticamente, numa lealdade política pró-Moscou. Feklyunina (2016), mobilizando Laitin, defende que o legado da russificação permitiu combinar o uso do russo com uma identidade que era não central. Ou seja, a prática linguística russa pôde subsistir como repertório comunicativo sem determinar, por si só, alinhamento geopolítico — um ponto crucial para compreender por que estratégias de *soft power* apoiadas apenas em proximidade cultural e linguística se mostraram insuficientes.

No plano jurídico, a moldura constitucional ucraniana oferece um parâmetro claro para a governança da diversidade. Bowring (2014) destaca que a Constituição de 1996 estabelece que a língua do Estado da Ucrânia será a língua ucraniana e, simultaneamente, o livre desenvolvimento, uso e proteção do russo e de outras línguas das minorias nacionais da Ucrânia serão garantidos no país. Tal arranjo reconhece a primazia do ucraniano enquanto língua estatal, mas afirma a liberdade de desenvolvimento e proteção de outras línguas — cláusulas que alimentariam, nos anos seguintes, debates sobre política educacional, direitos linguísticos e institucionalidade. Conforme Cardoso (2022), ao mencionar a fala de Putin a respeito da Ucrânia:

Russos, ucranianos e bielorrussos são todos descendentes da antiga Rus, que era o maior Estado da Europa. As tribos eslavas estavam unidas por uma língua (que agora nos referimos como russo antigo), laços econômicos e pela fé ortodoxa [...] A Ucrânia moderna é inteiramente produto da era soviética. Sabemos e lembramos bem que foi moldada – em grande parte – nas terras da Rússia histórica. (Cardoso, 2022, p. 2)

É nesse entrelaçamento de hierarquias simbólicas, políticas de reversão e arranjos jurídicos que se insere a retórica de “proteção” a falantes de russo mobilizada por Moscou. Observa-se que a Rússia tem negado sistematicamente qualquer irregularidade e tem apresentado suas políticas como reação à repressão de russos étnicos e de falantes de russo. A retórica da proteção — articulada à figura dos “compatriotas” — converte o elo identitário em recurso de legitimação política, adensando tensões que, ao longo de 2013–2014, atravessariam o espaço público ucraniano.

A junção entre o marco jurídico interno ucraniano e a retórica russa de “proteção” (compatriotas) convergiu em 2014. Como já citado, a defesa de língua, história e direitos de russófonos foi mobilizada por Moscou como fundamento da anexação da Crimeia, conectada explicitamente ao *Russkiy Mir*. Do enunciado à prática, o mesmo argumento de “proteção”

foi operacionalizada nas administrações instaladas pela Rússia (Crimeia desde 2014 e, após a escalada de 2022, áreas ocupadas de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhzhia), por meio de rotinas de russificação institucional. Relatos da *Cable News Network* Brasil (CNN Brasil), de 2022, documentam pressão direta sobre direções escolares e docentes:

“Eles me perguntaram sobre minha posição em relação à ‘operação militar’, me acusaram de ser patriota demais, nacionalista demais”, disse ela. “Me perguntaram por que eu uso a língua ucraniana... por que eu frequento a igreja ucraniana.” Ela disse que eles queriam reabrir a escola e garantir que as crianças voltassem, mas argumentou que não era seguro nem para os alunos, nem para os professores. (CNN Brasil, 2022).

Em paralelo, a supressão curricular do ucraniano e a reescrita do passado tornaram-se estratégias pedagógicas. Como sintetiza um dos depoimentos:

“A Crimeia tornou-se um campo de testes para a Rússia, foi lá que começou a militarização da educação em geral”, explicou. Ele disse que a propaganda russa, que revisava eventos históricos, foi inserida no currículo escolar da Crimeia [...] “A Ucrânia foi totalmente removida dos livros didáticos e tudo passou a ser ‘história da Rússia’”. (CNN Brasil, 2022).

Essa orientação acompanhou a desvalorização pública da educação em ucraniano:

“Eles até nos perguntaram: ‘Qual a diferença? Por que é importante estudar em ucraniano ou russo? Vocês ensinam matemática, é a mesma coisa em qualquer idioma.’ Fiquei chateado com isso... e disse a eles que a educação deles, os estudos deles, não são reconhecidos em lugar nenhum, as crianças não poderão entrar na universidade. E eles responderam: ‘Que universidades? Para quê? Precisamos de trabalhadores e soldados.’” (CNN Brasil, 2022).

Em contraste, a narrativa russa no plano internacional tem sido a de que suas ações respondem à suposta repressão de russos étnicos e de falantes de russo. Essa justaposição evidencia o núcleo do conflito discursivo: enquanto o ordenamento ucraniano combina primazia estatal com garantias de direitos linguísticos, a diplomacia de Moscou mobiliza a gramática da “proteção” para deslegitimar reformas internas e legitimar intervenções, deslocando a questão da língua para o registro da segurança.

Entre 2014 e a escalada de 2022, as práticas de russificação expandiram-se do símbolo ao procedimento: substituição de manuais, uniformização de provas e rotinas escolares em russo, reconfiguração de sinalização pública e incorporação de marcos comemorativos e heróis nacionais alinhados à memória histórica russa. Ao fazê-lo, a língua converteu-se em tecnologia de governo — um contínuo que vai do discurso (Noack, 2023) à sala de aula.

Em termos sociolinguísticos, a ênfase recaiu sobre a juventude e, sobretudo, sobre as crianças, consideradas depositárias de uma identidade futura a ser (re)formada. Os mesmos relatos de 2022 evidenciam uma pedagogia política da guerra: pressão para reabrir escolas sob supervisão de ocupação, questionamentos quanto ao uso do ucraniano por educadores e substituição do conteúdo nacional por uma metanarrativa russo-cêntrica (CNN Brasil, 2022).

Essa inflexão confirma o ponto central deste tópico: na Ucrânia, a língua, enquanto elo simbólico, tornou-se um dispositivo de governo dos corpos e das memórias, ao mesmo tempo em que catalisou resistências e recomposições identitárias em larga escala. Em síntese, de 2014 em diante, ela operou simultaneamente como recurso de governo (padrões escolares, currículos, rotinas administrativas), sinal de pertencimento (compatriotas e *Russkiy Mir*) e arma informacional (enquadramentos sobre “repressão” e “libertação”). Com a guerra em larga escala (2022–), essas práticas tornaram-se mais visíveis e sistemáticas, evidenciando as formas de resistência e de reconfiguração dos mercados linguísticos em disputa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa investigou a língua russa como instrumento de poder e dominação no espaço pós-soviético entre 1991 e 2014, partindo da constatação de que, após a dissolução da URSS, o idioma permaneceu como ativo simbólico central nas disputas identitárias, políticas e geopolíticas da região. A escolha do tema se justifica porque a língua, longe de neutra, opera como variável estratégica: organiza mercados educacionais e midiáticos, influencia decisões estatais e compõe narrativas de pertencimento capazes de afetar soberania e estabilidade. Ao integrar aportes de Relações Internacionais e Sociolinguística, buscou-se iluminar mecanismos de dominação simbólica que atravessam políticas públicas, elites burocráticas e regimes de verdade informacionais, contribuindo para o debate ainda incipiente, no campo das RI brasileiras, sobre geopolítica da língua.

Nesse horizonte, o objetivo geral consistiu em analisar de que maneira a língua russa tem sido utilizada como instrumento de poder e dominação pela Federação Russa nas ex-repúblicas soviéticas, associando-a a estratégias de influência geopolítica e à construção de uma identidade pós-soviética comum. Tal objetivo foi atendido ao longo do desenvolvimento: a reconstrução do legado imperial e soviético no capítulo histórico e o exame da projeção externa do idioma na era pós-1991 demonstraram que o russo se converte em recurso político mobilizado por instituições, políticas e discursos que reforçam a influência de Moscou e tensionam os projetos nacionais dos novos Estados.

Os objetivos específicos foram articulados em sequência. Em primeiro lugar, procedeu-se à contextualização histórico-estrutural do papel do russo no Império e na URSS, evidenciando processos de russificação, padronização e planejamento linguístico que o erigiram em língua de Estado e de prestígio. Essa trajetória acumulou capital linguístico e redes institucionais que sobreviveram a 1991, explicando continuidades observadas no presente. Em seguida, investigou-se a presença contemporânea do russo nas esferas política, educacional, midiática e cultural do espaço pós-soviético, mapeando ritmos distintos de transformação: países que adotaram políticas de desrussificação colheram resultados variados, enquanto outros mantiveram arranjos de bilinguismo de facto; em todos, persistiram incentivos práticos e simbólicos ao uso do russo, sobretudo em atividades de alta qualificação e na circulação de informação.

Na sequência, analisou-se a promoção externa do idioma como vetor de poder simbólico. A institucionalização de uma política linguística voltada ao exterior, alicerçada em fundações, agências e programas, ancorou a difusão do russo em educação, cultura e mídia e

converteu a língua em alavanca de soft power. Esse movimento foi acompanhado por um discurso civilizacional que legitima a presença russa no “exterior próximo”, vinculando o idioma à ideia de uma comunidade transnacional. Por fim, examinaram-se respostas nacionais orientadas à revalorização de línguas locais, à revisão curricular e à regulação de esferas oficiais, indicando um espectro que oscila entre monolinguismo de Estado e modelos de bilinguismo regulado, conforme demografia, trajetórias históricas e cálculo político das elites.

Com base nesse percurso, a hipótese de que a língua russa é instrumentalizada como recurso de poder e dominação simbólica, vinculada a um projeto identitário de caráter neoimperial que busca (re)constituir uma comunidade pós-soviética sob liderança de Moscou, foi confirmada. As evidências demonstram que a promoção do idioma opera como tecnologia de atração, legitimação e governamentalidade à distância, produzindo elos de lealdade e normalizando assimetrias no espaço regional, com efeitos discerníveis sobre a soberania linguística e cultural dos Estados vizinhos.

A resposta ao problema de pesquisa decorre dessa verificação. A língua russa tem sido utilizada como instrumento de poder por meio de três eixos interdependentes. O primeiro é a continuidade histórica de hierarquias linguísticas, que condiciona oportunidades educacionais, administrativas e de prestígio e, portanto, estrutura desigualdades simbólicas que atravessam a independência. O segundo reside na projeção institucional do idioma, intensificada especialmente a partir de meados dos anos 2000, quando políticas, bolsas e centros culturais ampliam sua capilaridade e criam ambientes favoráveis ao seu uso e à circulação de mensagens alinhadas a Moscou. O terceiro é a construção de um discurso civilizacional que apresenta o russo como marcador de pertença transnacional, justificando a proteção de “compatriotas” e amparando a existência de uma esfera russa de influência.

Esses eixos, quando tomados em conjunto, revelam um mecanismo de poder multiescala. A língua estrutura práticas cotidianas, modela currículos, orienta rotinas de mídia e estabelece gramáticas burocráticas; ancora identidades políticas e, simultaneamente, orienta preferências em decisões sensíveis, como alianças, formatos de integração regional e escolhas regulatórias. Tal arquitetura concede capacidade de interferência sem ocupação territorial direta, reconfigurando arenas domésticas nas quais legislações de línguas oficiais, reformas curriculares e políticas de comunicação se tornam instrumentos de afirmação nacional ou de manutenção de dependências simbólicas. Nessa chave, o russo funciona ao mesmo tempo como infraestrutura de comunicação e como moeda de poder, densificando vínculos de Moscou com minorias russófonas e parcelas das elites locais.

Para sustentar essa interpretação, adotou-se abordagem qualitativa, apoiada em pesquisa bibliográfica e documental, sob método hipotético-dedutivo. O diálogo entre referenciais de poder simbólico, imperialismo linguístico e soft power e um conjunto de fontes legislativas, discursos oficiais e dados educacionais e linguísticos permitiu conectar teoria e evidência em narrativas causais parcimoniosas. O recorte espacial concentrou-se nas ex-repúblicas soviéticas e o recorte temporal limitou-se a 1991–2014, delimitando o período de consolidação das novas soberanias antes da escalada de eventos posteriores que poderiam introduzir variáveis adicionais.

Reconhecem-se, contudo, limitações. O intervalo temporal encerra-se em 2014 e não captura desdobramentos subsequentes com potencial de reconfigurar a paisagem linguística regional. A amplitude geográfica impôs escolhas seletivas de aprofundamento, recomendando cautela em generalizações imediatas para todos os casos. A ausência de trabalho de campo e de dados primários restringe a apreensão de percepções subjetivas sobre identidade e uso linguístico; embora mitigada pelo cruzamento de fontes, essa limitação aconselha prudência ao inferir preferências individuais. Por fim, a natureza multidisciplinar do problema impõe cuidados definicionais, pois categorias como *soft power* e poder simbólico podem assumir contornos diversos conforme o contexto analítico.

Essas limitações não invalidam os achados; antes, situam o seu alcance e apontam caminhos de continuidade. Uma agenda promissora envolve a atualização temporal do estudo, de modo a cobrir os desdobramentos pós-2014 e monitorar, em perspectiva longitudinal, políticas linguísticas nacionais, matrículas por idioma e padrões de consumo midiático em russo, com vistas a identificar tendências e pontos de inflexão. Estudos de caso comparativos mais estreitos, como pares Estônia–Letônia, Ucrânia–Belarus ou Cazaquistão–Quirguistão, podem explicitar combinações de fatores que favorecem desrussificação, bilinguismo estável ou re-russificação setorial.

Recomenda-se também incorporar métodos mistos e dados primários, com *surveys*, entrevistas e análise de textos legislativos e midiáticos, de modo a aferir atitudes linguísticas, práticas de uso e efeitos identitários, triangulando essas informações com indicadores administrativos e métricas de audiência ou influência. Inserir o caso russo em comparações internacionais sobre diplomacia da língua — a exemplo do francês na Francofonia, do inglês na anglofonia e do chinês nos Institutos Confúcio — pode, ainda, refinar tipologias de instrumentos, custos e retornos do poder linguístico em perspectiva comparada.

Por fim, torna-se útil desenvolver métricas de efetividade para políticas linguísticas externas, mensurando, por exemplo, conversão de bolsas em trajetórias profissionais locais, mudanças curriculares, preferências de política externa e padrões de consumo informacional. A análise de relações de causalidade entre esses indicadores e eventos políticos regionais contribuirá para avaliar, com maior precisão, os efeitos de longo prazo da estratégia russa centrada no idioma.

Em síntese, o conjunto de evidências reúne fundamentos suficientes para sustentar que, no período analisado, a língua russa opera como infraestrutura simbólica de poder, articulando herança histórica, arranjos institucionais e discurso civilizacional. Ao mesmo tempo em que cria pontes de comunicação e sociabilidade, o idioma organiza hierarquias e pertencimentos que estruturam preferências, legitimidades e possibilidades de ação política. Confirmada a hipótese, reforça-se a necessidade de que a geopolítica da língua figure de modo mais central nas análises de Relações Internacionais, tanto para compreender a ação externa russa quanto para avaliar as respostas soberanas dos Estados pós-soviéticos. Desse modo, esta pesquisa conclui que a disputa linguística permanece elemento constitutivo da ordem regional e que sua observação contínua é indispensável para apreender a dinâmica de poder no espaço pós-soviético.

REFERÊNCIAS

About Russkiy Mir Foundation. **RUSSKIY MIR FOUNDATION**, 2024. Disponível em: <<https://ruskiymir.ru/en/fund/index.php>>. Acesso em: 12 maio 2025.

About The Union-General Information. **Eurasian Economic Union**. Disponível em: <<https://www.eaeunion.org/?lang=en#about>>. Acesso em: 29 maio 2025.

ALLISON, Roy. Russian ‘deniable’ intervention in Ukraine: how and why Russia broke the rules. **International Affairs**, v. 90, n. 6, p. 1255–1297, nov. 2014. Disponível em: <<https://academic.oup.com/ia/article-abstract/90/6/1255/2326779?redirectedFrom=fulltext>>. Acesso em: 12 out. 2025.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARUTYUNOVA, Marina A. Política linguística e o status da língua russa na URSS e nos Estados pós-soviéticos. **Вестник Московского университета. Серия 25. Международные отношения и мировая политика**, Россия, Москва, n. 1, p. 155–178, 2012.

BLITSTEIN, Peter A. Nation-Building or Russification? Obligatory Russian Instruction in the Soviet Non-Russian School, 1938-1953. *In*: GRIGOR, Ronald; MARTIN, Suny Terry (org.). **A State Of Nations: Empire and Nation-Making in the Age of Lenin and Stalin**. [S. l.]: Oxford University Press New York, NY, 2001. p. 253–274. Disponível em: <<https://academic.oup.com/book/47142/chapter/422397628>>. Acesso em: 12 out. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu - O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

BOURDIEU, Pierre; THOMPSON, John B.; RAYMOND, Gino. **Language and symbolic power**. 1. publ. in paperb., repred. Cambridge: Polity Press, 1991.

BOWRING, Bill; BORGOKOVA, Tamara. **Language Policy and Language Education in Russia**. Rochester, NY: Social Science Research Network, 2016. SSRN Scholarly Paper. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/abstract=2854763>>. Acesso em: 14 out. 2025.

BUGAJSKI, Janusz (ed.). **Western Balkans policy review 2010: a report of the CSIS Lavrentis Lavrentiadis Chair in Southeast European Studies**. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2010. 126 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=yM2MnFdrQ0MC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 12 out. 2025.

CAMPOS, Thiago Lima Rocha. **OS ATOS DE FALA: A DIMENSÃO DA LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA INTERNACIONAL**. [s. l.], v. 3, n. 5, p. 60–72, 2015.

CARDOSO, Jessica. **Leia o que pensa Vladimir Putin sobre a Rússia e a Ucrânia**. [S. l.], 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/europa-em-guerra/leia-o-que-pensa-vladimir-putin-sobre-a-russia-e-a-ucrania/>>. Acesso em: 4 jun. 2025.

CAVALCANTE JUNIOR, Claudio. UCRANIZAÇÃO, POLONIZAÇÃO E RUSSIFICAÇÃO: entre a colonização e a guerra da Rússia na Ucrânia. **Revista Húmus**, [s. l.], v. 14, n. 42, 2024. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/25152>>. Acesso em: 15 set. 2025.

CNN BRASIL. **Escolas ucranianas têm “russificação” dos programas educacionais em áreas ocupadas**. [S. l.], 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/escolas-ucranianas-tem-russificacao-dos-programas-educacionais-em-areas-ocupadas/>>. Acesso em: 9 out. 2025.

CRYSTAL, David. **Language death**. Canto ed., 7. printinged. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2007. (Canto).

DANYLENKO, Andrii; NAIENKO, Halyna. Linguistic russification in Russian Ukraine: languages, imperial models, and policies. **Russian Linguistics**, [s. l.], v. 43, n. 1, p. 19–39, 2019.

Encyclopaedia Britannica. *Russia: The Russian Empire*. Encyclopaedia Britannica, 2025. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Russia/The-Russian-Empire>>. Acesso em: 28 out. 2025.

DIETRICH, Ayşe Pamir. **Language policy and the status of Russian in the Soviet Union and the successor states outside the Russian Federation**. [s. l.], 2005.

DU BOULAY, Sofya; DU BOULAY, Huw. New Alphabets, Old Rules: Latinization, Legacy, and Liberation in Central Asia. **Problems of Post-Communism**, [s. l.], v. 68, n. 2, p. 135–140, 2021.

DUGIN, Alexander. Alexander Dugin – The Battle for the Cosmos in Eurasianist Philosophy. In: **EURASIANIST INTERNET ARCHIVE**. 25 out. 2020. Disponível em: <<https://eurasianist-archive.com/2020/10/25/the-battle-for-the-cosmos-in-eurasianist-philosophy/>>. Acesso em: 3 jun. 2025.

EGOROVA, Anastasiya Yu. CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA LINGUÍSTICA DA URSS NO PERÍODO 1940-1991. **Время науки – The Times of Science**, Россия, Тула, n. 1, p. 17–25, 2022.

FEKLYUNINA, Valentina. Soft power and identity: Russia, Ukraine and the ‘Russian world(s)’. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 22, n. 4, p. 773–796, 2016.

FISHMAN, Joshua A. **Reversing language shift: theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages**. Reprinteded. Clevedon: Multilingual Matters, 1997. (Multilingual matters, nº 76).

GELLNER, Ernest. **Ernest Gellner Nations and Nationalism 1983**. [S. l.]: [s. d.], 1983.

GIRARDI JR, Liráucio. Pierre Bourdieu: mercados linguísticos e poder simbólico. **Revista FAMECOS**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 25978, 2017.

GLAZUNOVA, Sofya *et al.* Soft power, sharp power? Exploring *RT*'s dual role in Russia's diplomatic toolkit. **Information, Communication & Society**, [s. l.], v. 26, n. 16, p. 3292–3317, 2023.

GRENOBLE, L. A. **Language Policy in the Soviet Union**. 1st ed. 2003ed. Dordrecht: Imprint: Springer, 2003. (Language Policy, n° 3).

GROMYKO, Al. A. Russian language and culture and the policy of Soft Power. *In: WIDER EUROPE IN THE GLOBAL WORLD: NEW CHALLENGES – NEW SOLUTIONS*. Moscow: Institute of Europe, Russian Academy of Sciences, Reports of the Institute of Europe, 2013. (, n° 292). p. 9–16.

HIRSCH, Francine. Towards a Soviet Order of Things: The 1926 Census and the Making of the Soviet Union. *In: SZRETER, Simon; SHOLKAMY, Hania; DHARMALINGAM, A. (org.). Categories and Contexts: Anthropological and Historical Studies in Critical Demography*. [S. l.]: Oxford University Press, 2004. p. 0. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/0199270570.003.0007>>. Acesso em: 14 out. 2025.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: **A Invenção das Tradições**. *In: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9–23.*

KAPPELER, Andreas. **The Russian Empire: A Multiethnic History**. [S. l.]: [s. d.], 2001.

KIRKWOOD, Michael (org.). **Language Planning in the Soviet Union**. London: Palgrave Macmillan UK, 1990. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/978-1-349-20301-7>>. Acesso em: 13 out. 2025.

KOVAL, Nadiia *et al.* **Rossotrudnichestvo: The Unbearable Harshness of Soft Power**. [S. l.]: Ukrainian Institute, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/365184536_Rossotrudnichestvo_The_Unbearable_Harshness_of_Soft_Power>. Acesso em: 9 out. 2025.

KOZLOVTSEVA, Nina Aleksandróvna; TOLSTOVA, Natália Nikoláevna. A formação da imagem do mundo russo como aspecto da adaptação cultural de cidadãos estrangeiros no processo de ensino de língua russa. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 74–105, 2019.

KROUGLOV, Alex. Language planning and policies in Russia through a historical perspective. **Current Issues in Language Planning**, [s. l.], v. 23, n. 4, p. 412–434, 2022.

KÜCHLER, Florian. **The role of the European Union in Moldova's Transnistria conflict**. Stuttgart: ibidem-Verlag, 2008. (Soviet and Post-Soviet Politics and Society, v. 78). 158 p. ISBN 978-3-89821-850-4. Disponível em:

<https://www.academia.edu/4377522/Florian_K%C3%BCchler_The_Role_of_the_European_Union_in_Moldova_s_Transnistria_Conflict>. Acesso em: 13 out. 2025.

LARUELLE, Marlene. The ‘Russian World’. Russia’s Soft Power and Geopolitical Imagination. **The ‘Russian World’. Russia’s Soft Power and Geopolitical Imagination**, [s. l.], 2015.

LIEVEN, Dominic. **The Russian Empire and Its Rivals**. United States: Yale University Press, 2001.

LIMA, Marcos Felipe de Jesus. **A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E PODER NA OBRA DE PIERRE BOURDIEU**. [s. l.], 2019.

LIMA, Agostinho Filho Da Silva; DE AZEVEDO, Hudson Silva; DE SOUZA, Diully Mayara Barroso. UM ESTUDO SOBRE A TEORIA DE POLÍTICA LINGUÍSTICA E A TRIDIMENSIONALIDADE CONCEITUAL E ANALÍTICA DA TEORIA DA GESTÃO DA LÍNGUA DE BERNARD SPOLSKY: GESTÃO, CRENÇA E A PRÁTICA LINGUÍSTICA NOS DOMÍNIOS. **Revista Contemporânea**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. e3363, 2024.

LITTLEFIELD, Scott. Citizenship, identity and foreign policy: the contradictions and consequences of Russia’s passport distribution in the separatist regions of Georgia. **Europe-Asia Studies**, v. 61, n. 8, p. 1461–1482, out. 2009. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09668130903134848>>. Acesso em: 12 out. 2025.

MARTIN, Terry. **The Affirmative Action Empire: Nations and Nationalism in the Soviet Union, 1923-1939**. [S. l.]: Cornell University Press, 2001. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.7591/j.ctt1rv61tj>>. Acesso em: 13 out. 2025.

MARTINS VIANA, Alexander. Russificação Soviética e Pós-soviética: Autoridade Política e Etnicidade, 1917-1997. **Russificação Soviética e Pós-soviética: Autoridade Política e Etnicidade, 1917-1997**, [s. l.], n. n. 2 (2002), 2019. Disponível em: <<https://www.periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27771/0>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MEIENBERGER, Alexander. The Concept of the “Russkiy Mir”: History of the Concept and Ukraine. **Euxeinos**, [s. l.], v. 13, n. 35, p. 15–29, 2023.

MOLOTKINA, Valentyna. LANGUAGE POLICY IN THE USSR IN THE FIELD OF EDUCATION (1960s–1980s). **Évropejs’ki istorični studii**, [s. l.], n. 24, p. 61–72, 2023.

MOON, David. Estimating the peasant population of late imperial Russia from the 1897 census: A research note. **Europe-Asia Studies**, [s. l.], v. 48, n. 1, p. 141–153, 1996.

NOACK, Christian (org.). **Politics of the Russian language beyond Russia**. paperback edition. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2023. (Russian language and society).

PAVLENKO, Aneta. Linguistic russification in the Russian Empire: peasants into Russians?. **Russian Linguistics**, [s. l.], v. 35, n. 3, p. 331–350, 2011.

PAVLENKO, Aneta. Multilingualism in Post-Soviet Countries: Language Revival, Language Removal, and Sociolinguistic Theory (2008a). **International Journal of Bilingual Education and Bilingualism**, [s. l.], v. 11, n. 3–4, p. 275–314, 2008a.

PAVLENKO, Aneta. Russian in post-Soviet countries - Русский язык в пост-советских странах (2008b). **Russian Linguistics**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 59–80, 2008b.

PHILLIPSON, Robert. **Linguistic imperialism**. Nachdr.ed. Oxford: Oxford Univ. Press, 1992. (Oxford applied linguistics).

PUTIN, Vladimir. **Article by Vladimir Putin "On the Historical Unity of Russians and Ukrainians"**. [S. l.], 2021. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181>>. Acesso em: 9 out. 2025.

SANTOS, Ana Cristina Leitão. **BRANDING DE PAÍSES E ATRACÇÃO DE INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO: O PAPEL DO SOFT POWER**. 2013. 39 f. Dissertação de Mestrado - Universidade de Lisboa, [s. l.], 2013.

SILVA, Ana Carolina Braga; DE LIMA, Gabrielle Vasconcelos. A DIFUSÃO CULTURAL ATRAVÉS DO SOFTPOWER: O CASO DA RUSSIA. **A DIFUSÃO CULTURAL ATRAVÉS DO SOFTPOWER: O CASO DA RUSSIA**, [s. l.], p. 8–23, 2021.

SILVER, Brian. Social Mobilization and the Russification of Soviet Nationalities. **American Political Science Review**, [s. l.], v. 68, n. 1, p. 45–66, 1974a.

SILVER, Brian D. The status of national minority languages in Soviet education: An assessment of recent changes (1974b). **Soviet Studies**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 28–40, 1974b.

SMITH, Anthony D. **National Identity**, 1991.

SPOLSKY, Bernard. **Language policy**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2004. (Key topics in sociolinguistics).

THADEN, Edward C. **Russification in the Baltic Provinces and Finland 1855-1914**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1981.

WAWRZONEK, Michał. Ukraine in the “Gray Zone”: between the “Russkiy Mir” and Europe. **East European Politics and Societies**, v. 28, n. 4, p. 758–780, 2014. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0888325414543947>>. Acesso em: 12 out. 2025.

WEEKS, Theodore R. **Nation and state in late Imperial Russia: nationalism and Russification on the western frontier, 1863-1914**. DeKalb, Ill: Northern Illinois University Press, 1996.

WEEKS, Theodore R. **Russification / Sovietization**. [s. l.], 2010. Disponível em: <https://www.ieg-ego.eu/en/threads/models-and-stereotypes/russification-sovietization/theodore-r-weeks-russification-sovietization?set_language=https://www.ieg-ego.eu/en/threads/models-and-stereotypes/russification-sovietization/theodore-r-weeks-russification-sovietization>. Acesso em: 20 mai. 2025.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. [S. l.]: [s. d.], 1999.

WILFRIED JILGE. **Russkiy Mir: “Russian World”**. [S. l.], 2016. Disponível em: <<https://dgap.org/en/events/russkiy-mir-russian-world>>. Acesso em: 6 out. 2025.